Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional

A MPX Energia S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de abril de 2001 com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Seu plano de negócios prevê como atividade principal a geração de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis. A Companhia possui um *portfólio* diversificado de projetos com usinas termelétricas no Brasil e no Chile, além de projetos relacionados a fontes renováveis, como a energia solar. De modo a integrar suas operações, também desenvolve projetos de exploração e produção de gás natural no Brasil, tanto para fornecimento às usinas quanto para a comercialização.

Sua atuação é realizada através da participação, como sócia-quotista ou acionista, no capital social de empresas que desenvolvem tais projetos, sendo alguns desenvolvidos em parceria com outros agentes do setor de energia. Os recursos para os projetos foram obtidos basicamente pela captação efetuada através da Oferta Pública de Ações da Companhia, realizada em 14 de dezembro de 2007 e em 11 de janeiro de 2008 (lote suplementar), no montante total de R\$ 2.035.410, bem como por financiamentos e mais recentemente pela emissão de 21.735.744 debêntures conversíveis em ações, realizada em 15 de junho de 2011, no montante de R\$ 1.376.527. Em de 24 de maio de 2012, foram convertidas 21.653.300 debêntures, gerando a emissão de 33.255.219 novas ações, em decorrência do processo de reestruturação societária implementado pela Companhia, conforme mencionado abaixo.

Cisão parcial

Em 24 de maio de 2012 foi efetivada a cisão parcial da MPX Energia S.A., mediante versão da parcela de seu patrimônio líquido correspondente à participação da Companhia no capital social das empresas CCX Brasil Participações S.A. e CCX Carvão da Colômbia S.A. A cisão parcial foi uma etapa da reorganização societária da Companhia que tinha como objetivo separar da sua estrutura os direitos de exploração de carvão em minas localizadas na Colômbia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional -- Continuação

Cisão parcial--Continuação

O acervo contábil líquido de R\$750.163 foi cindido da Companhia, o qual reflete os seguintes ativos e passivos:

	30 de abril 2012
Ativo	
Ativo circulante	
Caixa e equivalente de caixa	185.804
Tributos a recuperar	184
Contas a receber - partes relacionadas	325
Outros ativos circulantes	601.938
Total ativo circulante	788.251
Ativo não circulante	
Tributos a recuperar	45.046
Despesas antecipadas	60
Investimentos	1.374
Imobilizado	373.493
Intangível	90.266
Total ativo não circulante	510.239
Total ativo	1.298.490
Passivo	
Passivo circulante	
Fornecedores	42.037
Empréstimos e financiamentos	422.472
Obrigações sociais e trabalhistas	4.867
Obrigações fiscais	9.756
Outros passivos circulantes	69.031
Contas a pagar - partes relacionadas	164
Total passivo circulante	548.327
Patrimônio líquido	
Capital social	742.187
Ajustes de conversão	10.821
Prejuízos acumulados	(2.845)
Total patrimônio líquido	750.163
Total passivo e patrimônio líquido	1.298.490

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional -- Continuação

Criação da MPX EON Participações e parceria com a E.ON AG

Em maio de 2012 foi firmada a parceria entre a MPX Energia S.A. e a E.ON AG. que tem como objetivo desenvolver projetos de geração de energia convencional e renovável, bem como atividades de suprimento e comercialização de energia no Brasil e no Chile.

Em 12 de dezembro de 2012 a MPX Energia aportou R\$ 19.349 no capital social da MPX EON Participações, através da transferência de 50% da sua participação na controlada Seival Participações. O montante transferido foi ratificado mediante laudo técnico, emitido por empresa independente. Esta operação faz parte do processo de estruturação societária ocorrido em 24 de maio de 2012 da parceria entre a MPX Energia S.A e E.ON.AG.

Em decorrência desta parceria, uma nova companhia, formada pela MPX e E.ON, denominada MPX E.ON Participações S.A., recebeu:

- a) 50% da carteira de empreendimentos térmicos sem contrato de compra e venda de energia, no caso do projeto Açu, a E.ON tem uma opção de compra em nome da MPX E.ON Participações de uma participação adicional de 38,9%; (b) 100% das atividades de suprimento e comercialização;
- (c) 100% dos projetos de energia renovável, conforme descrito abaixo.

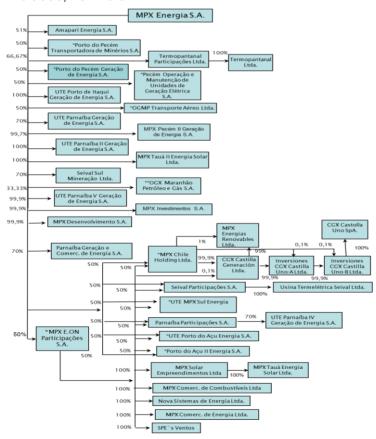
				%	
Nome	Localização	Atividade	Capacidade	Participação transferida	Patrimônio líquido
UTE Porto do Acu	Rio de Janeiro	Geração de energia	2.100 MW	50%	22.934
MPX Chile *	Chile	Geração de energia	2.100 MW	50%	(7.290)
MPX Sul	Rio Grande do Sul	Geração de energia	727 MW	50%	6.536
Porto do Açu II	Rio de Janeiro	Geração de energia	3.300 MW	50%	2.083
Parnaíba Participações	Maranhão	Geração de energia	1.521 MW	50%	1
MPX Solar MPX Comercializadora	Ceará	Geração de energia	1 MW	100%	8.554
de energia MPX Comercializadora	Rio de Janeiro	Trading de energia	-	100%	23.561
de combustível	Rio de Janeiro	Trading de combustível	-	100%	9.040
Nova Sistema	Rio de Janeiro	Geração de energia	113 MW	100%	2.525
Seival Participações	Rio Grande do Sul	Geração de energia	600 MW	50%	19.365

^{*} Em agosto de 2012, a Corte Suprema do Chile anulou a licença ambiental para a construção da Usina Termelétrica Central Castilla. Referida Corte determinou ainda que o licenciamento deverá considerar um novo estudo de impacto ambiental conjunto da Usina e do porto, Puerto Castilla, que receberá o carvão para suprir a UTE. A Administração reelaborou sua estratégia de negócios no Chile, que continuará a prever o desenvolvimento de planta de geração térmica de energia. Esta decisão está baseada na grande demanda por energia e no diálogo aberto com o Governo do Chile.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2012, conforme quadro apresentado a seguir, o grupo econômico inclui a Companhia e suas participações societárias em coligadas, controladas diretas e indiretas, em controladas em conjunto, e no Fundo de Investimento Multimercado MPX 63. As empresas encontram-se em fase pré-operacional, exceto Amapari Energia S.A., MPX Comercializadora de Enrgia Ltda., MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda., MPX Tauá Energia Solar Ltda. e OGMP Transporte Aéreo Ltda., que se encontram em operação, além da Porto do Pecém Geração de Energia S.A., que iniciou sua operação comercial em dezembro de 2012 com o acionamento da primeira de duas turbinas. Para maiores detalhes das controladas, ver Nota 12.



- Controlada em conjunto.
- ** Coligada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional--Continuação

Criação da MPX EON Participações e parceria com a E.ON AG--Continuação

A Companhia, diretamente ou através de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, vem efetuando os investimentos necessários para a finalização dos empreendimentos incluídos no seu portifólio e subsequente início da operação comercial dos respectivos empreendimentos.

A Administração entende que a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros, pois estruturou seus grandes empreendimentos na modalidade de Project Finance, com aporte de recursos próprios correspondente a, aproximadamente, 25% dos investimentos totais, o qual ocorre pari passu com a entrada de recursos dos financiadores. Além disso, os referidos empreendimentos possuem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, com geração de receita garantida por 20 anos.

As captações de curto prazo realizadas na MPX Energia S.A. em 2012, no montante de, aproximadamente, R\$ 800 milhões tiveram o objetivo de financiar parte dos investimentos realizados nos projetos neste mesmo ano. A Companhia está trabalhando para liquidação parcial e rolagem para longo prazo em 2013 destes financiamentos de curto prazo e capitalizar a empresa para fazer frente às necessidades de investimento de potenciais novos projetos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Licenças e autorizações

O Grupo MPX tem como compromisso obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas investidas possuem as seguintes licenças e autorizações:

Empresa	Тіро		Emissão	Vigência
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 111/2011		15/03/2011	2 anos
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Licença de Operação nº 1062/2012		28/12/2012	3 anos
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 54/2011		24/08/2011	2 anos
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Autorização de Supressão Vegetal		12/03/2012	1 ano
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Renovação da Licença de Operação nº 889/2012		26/12/2012	3 anos
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 584/2009		29/01/2009	4 anos
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 601/2009		18/03/2009	6 anos
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	Licença de Operação nº 1061/2011		16/12/2011	6 anos
MPX Energia S.A.	Licença de Instalação nº 003/2012		30/07/2012	11/11/2013
MPX Energia S.A.	Licença de Instalação nº111/2012		09/05/2012	09/05/2013
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº273/2012		30/07/2012	05/12/2013
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº274/2011	(*)	05/12/2011	05/12/2012
Amapari Energia S.A.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.369/2008	()	20/05/2008	29 anos
Amapari Energia S.A.	Despacho SFG nº 2.197/2008		09/06/2008	Indeterminado
Amapari Energia S.A.	Despacho SFG nº 4.143/2008		07/11/2008	Indeterminado
Amapari Energia S.A.	Licença de Operação nº 160/2011	(*)	24/11/2011	1 ano
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	Licença de Instalação nº 15/2012	()	05/03/2012	2 anos
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	Licença de Operação nº 133/2012		20/06/2012	28/02/2014
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	Licença Prévia nº 253/2012		16/08/2012	3 anos
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Licença Instalação nº IN-019365		24/04/2012	3 anos
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Licença Prévia nº IN015964		01/03/2011	2 anos
UTE Porto do Açu Energia S.A	Autorização de Fauna nº IN019186		20/03/2012	2 anos
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Licença de Instalação nº IN000882	(*)	14/10/2009	3 anos
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	Licença de Instalação nº IN 000207	(*)	22/05/2009	3 anos
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	Licença de Instalação nº IN 000208	(*)	22/05/2009	3 anos
Seival Sul Mineração Ltda.	Licença de Operação nº 7764/2009	()	21/10/2009	4 anos
MPX Energia S.A.	Licença Prévia nº 332/2009 - 1º Retificação	(*)	22/12/2010	2 anos
UTE MPX Sul Energia Ltda.	Licença Prévia nº 601/2010	(*)	21/05/2010	2 anos
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	Despacho ANEEL nº 747/2008	()	25/02/2008	Indeterminado
UTE Seival Ltda.	Licença de Instalação nº 589/2009 - 1º Retificação		12/01/2010	18/02/2014
UTE Seival Ltda.	Outorga nº 002/2007		09/01/2007	18 anos
OMX OperacionesMaritimas Ltda.	Calificación Ambiental "PuertoCastilla" Resolución Exenta nº 254		23/12/2010	Indeterminado
CGX Castilla Generación S.A.	Resolución Exenta nº 46		01/03/2011	Indeterminado
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Licença de Operação nº 240/2011		17/05/2011	16/05/2013
Central Eólica Asa Branca Ltda.	Licença Prévia nº 0091/2012		10/08/2012	2 anos
Central Eólica Milagres Ltda.	Licença Prévia nº 0084/2012		10/08/2012	2 anos
Central Eólica Morada Nova Ltda.	Licença Prévia nº 0010/2012		10/08/2012	2 anos
Central Eólica Pedra Vermelha I Ltda.	Licença Prévia nº 0090/2012		10/08/2012	2 anos
Central Eólica Pedra Vermelha II Ltda.	Licença Prévia nº 0093/2012		10/08/2012	2 anos
Central Eólica Santa Luzia Ltda.	Licença Prévia nº 0085/2012		10/08/2012	2 anos
Central Eólica Santo Expedito Ltda.	Licença Prévia nº 0092/2012		10/08/2012	2 anos
Central Eólica São Francisco Ltda.	Licença Prévia nº 0083/2012		10/08/2012	2 anos

^(*) O pedido de renovação foi apresentado com 120 días de antecedência do vencimento. Por esse motivo a empresa estará legalmente regular até a emissão de nova licença que determinará o novo prazo de vigência conforme definido na Lei nº. 70 de 09 de janeiro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade com as normas IFRS e BR GAAP

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão assim apresentadas:

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que no caso da Companhia, diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) feitos pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria feito pelo custo ou valor justo.

A Lei nº 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de recuperabilidade - *impairment*. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados, no balanço consolidado, o montante de R\$55.154, líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009, correspondente ao seu ativo diferido e das controladas naquela data. Consequentemente, a diferença entre os patrimônios líquidos individual e consolidado está relacionada ao ativo diferido que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

a) Declaração de conformidade com as normas IFRS e BR GAAP--Continuação

Demonstrações financeiras individuais--Continuação

O quadro abaixo demonstra a reconciliação entre os patrimônios líquidos individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2012 é:

	31/12/2012
Patrimônio líquido - Controlada	2.569.592
Ativo diferido - Lei 11.941/09	(19.992)
Participação minoritárias	154.975 [°]
Patrimônio líquido - Consolidado	2.704.575

24/42/2042

Reapresentação das demonstrações financeiras

Devido à reapresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 também estão sendo reapresentadas. As únicas alterações ocorridas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

- Valores correspondentes de 31 de dezembro de 2011 incluídos nas notas explicativas 19 e 29; e,
- Inclusão de eventos subsequentes adicionais na nota explicativa 30.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 reapresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2013.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, ajustado ao valor de realização quando aplicável, com exceção de certos instrumentos financeiros mantidos a valor justo, incluindo instrumentos derivativos.

c) <u>Moeda funcional e moeda de apresentação</u>

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

De acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008, a Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real e a moeda funcional da sua controlada em conjunto no exterior é o Peso chileno (MPX Chile Holding Ltda.), em função de seu plano de negócios, ambiente econômico e, principalmente, em decorrência dos seus custos de operação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

d) <u>Uso de estimativas e julgamentos</u>

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais futuros poderão vir a divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 11 Impostos a recuperar e diferidos;
- Nota Explicativa nº 13 e 14 Imobilizado e Intangível, respectivamente, principalmente no que se refere a análise do valor recuperável dos ativos e da definição das vidas úteis econômica dos mesmos;
- ▶ Nota Explicativa nº 19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos;
- Nota Explicativa nº 20 Provisão para contingências; e
- Nota Explicativa nº 23 Plano de pagamento baseado em ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

a) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia e suas controladas utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia e suas controladas levam em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia e suas controladas mensuram o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos
- ➤ O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente transferidos ao resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

a) Combinações de negócios--Continuação

Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia e suas controladas incorrem em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subseqüentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

Quando planos de pagamento baseado em ações (planos de substituição) são requeridos a serem substituídos por planos detidos pelos funcionários da adquirida e estes são referentes a serviços prestados, então todo o montante do plano de substituição dado pelo adquirente é incluído na mensuração da consideração transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento de ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados e/ou a serem prestados.

b) Bases de consolidação

(i) Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método integral e proporcional, respectivamente, a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- b) Bases de consolidação--Continuação
 - (i) Controladas e controladas em conjunto--Continuação

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em coligadas

O investimento da Companhia em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre o Grupo e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- b) Bases de consolidação--Continuação
 - (ii) Investimentos em coligadas--Continuação

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia e suas controladas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

c) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida pelo valor bruto. Os descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas são deduzidos em linha específica na demonstração do resultado. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de geração de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente ou quando é disponibilizada conforme previsões contratuais.

d) Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das Companhias pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- d) Moeda estrangeira--Continuação
 - (i) Transações em moeda estrangeira--Continuação

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, com exceção da diferença resultante na reconversão do *Hedge* de fluxos de caixa, na medida em que sejam efetivos, o qual é reconhecido nos outros resultados abrangentes:

e) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- e) Instrumentos financeiros--Continuação
 - (i) Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia e de suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia e suas controladas tenham intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- e) Instrumentos financeiros--Continuação
 - (i) Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os Recebíveis abrangem contas a receber de clientes, subsídio a receber CCC, depósitos vinculados e partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- e) Instrumentos financeiros--Continuação
 - (ii) Passivos financeiros não derivativos--Continuação

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, as contas a pagar com partes relacionadas e retenções contratuais.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionadas ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido atendam à definição de um derivativo e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente documentam o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia e suas controladas fazem uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- e) Instrumentos financeiros--Continuação
 - (iii) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge* --Continuação

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- e) Instrumentos financeiros--Continuação
 - (iii) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge* --Continuação

Hedges de fluxos de caixa--Continuação

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Derivativos embutidos separáveis

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

f) Estoques

O custo dos estoques é avaliado pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo é representado pelos valores pagos de óleo diesel e óleo lubrificante utilizados como insumos na geração de energia elétrica pela controlada Amapari Energia S.A., bem como carvão de alto poder calorífico que será utilizado como insumo para a geração de energia elétrica pelas controladas Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. e Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado

g.1) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. *Software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado--Continuação

g.2) Custos subsequentes

Gastos subseqüentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

g.3) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

h) Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado anualmente e encontra-se registrado como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e em investimentos na demonstração financeira individual da controladora.

h.1) Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Veja a nota explicativa 14.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

h) Ativos intangíveis e ágio--Continuação

h.2) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

h.3) Amortização

Exceto pelo ágio não amortizado, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

i) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- i) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação
 - (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)--Continuação

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- i) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação
 - (ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativo intangível com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano .

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado á UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Os ativos corporativos da Companhia e suas controladas não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGC à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- i) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação
 - (ii) Ativos não-financeiros--Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Pagamento baseados em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo exercício em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação presente legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia e suas controladas em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado com exceção do imposto de renda diferido sobre os impactos de *hedge accounting* os quais se encontram no grupo de ajuste de avaliação patrimonial, reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

n) Demais passivos circulantes e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

p) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

q) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r) Novas normas e interpretações ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

- ► Emendas às IAS 19 Benefícios a empregados. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- ▶ IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- ▶ IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 11 -Empreendimentos em conjunto, IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades, IFRS 13 - Mensuração ao valor justo. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- ▶ Mensuração ao valor justo e Emendas às IAS 27 Demonstrações financeiras; consolidadas e separadas, IAS 28 - Investimentos em associadas. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- Emendas às IAS 32 e IFRS 7 Instrumentos financeiros evidenciação.
 Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014;

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - classificação e mensuração. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

r) Novas normas e interpretações ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012 -- Continuação

As normas, emendas a normas e interpretações IFRS são efetivas para os exercícios anuais iniciados a conforme listado acima e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, exceto pelo IFRS 9 - Financial Instruments que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais terão impacto nas entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pela Companhia.

O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27.

O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2012, as seguintes controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações consolidadas da Companhia pelo método da consolidação proporcional: Porto do Pecém, UTE Porto do Açu, UTE MPX Sul, MPX Chile Holding, Porto do Pecém Transportadora de Minérios, OGMP Transporte Aéreo, Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica, Seival Participações, MPX E.ON Participações, UTE Porto do Açú II, Parnaíba Participações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

r) Novas normas e interpretações ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012 --Continuação

Em 31 de dezembro de 2012 a estimativa da parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas que deixarão de ser consolidados proporcionalmente, nas demonstrações financeiras da Companhia, estão apresentadas abaixo:

	31/12/2012
Ativo circulante Ativo não circulante	334.819 1.068.994
Passivo circulante	297.694
Passivo não circulante Receita operacional líquida	1.117.148 354.175
Custos operacionais	(455.651)
Despesas operacionais Resultado financeiro	(33.058) (41.606)
IR e CSLL correntes Impostos diferidos	(162) 51.999
Participação de minoritários	(5)

^(*) A aplicação desta norma não afetará o saldo do patrimônio líquido e do resultado do exercício, pois são reconhecidos por equivalência patrimonial.

Estas normas entrarão em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, e deverá ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

5. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e também de acordo com BR GAAP, e incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente), das controladas em conjunto e dos Fundos Exclusivos, conforme detalhadas abaixo:

	Participação Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Controladas diretas ou controladas em conjunto		
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	50,00%
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	99,70%	99,70%
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Amapari Energia S.A.	51,00%	51,00%
UTE Porto do Açu Energia S.A.	50,00%	100,00%
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	70,00%
UTE MPX Sul Energia Ltda.	50,00%	99,90%
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	-	99,90%
MPX Chile Holding Ltda.	50,00%	99,73%
MPX Áustria GmbH	-	100,00%
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	-	99,90%
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	50,00%
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	-	99,90%
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	66,67%
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	70,00%	70,00%
Nova - Sistemas de Energia Ltda.	· -	99,99%
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	50,00%	50,00%
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração S.A. (PO&M)	50,00%	50,00%
Seival Participações S.A.	50,00%	99,90%
MPX E.ON Participações S.A.	50,00%	· -
UTE Porto do Açu II Energia S.A.	50,00%	-
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	-
Parnaíba Participações S.A.	50,00%	-
UTE Parnaíba V Geração de Energia S.A.	99,99%	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	70,00%	-
MPX Investimentos S.A.	99,99%	-
MPX Desenvolvimento S.A.	99,99%	-
MPX Tauá II Energia Solar Ltda.	100,00%	-
Coligada		
OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A.	33,33%	33,33%
Fundos exclusivos Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento		
Multimercado Crédito Privado MPX 63	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX	100,00%	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

5. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas controladas e coligadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e entre elas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas e controladas em conjunto;
- A participação dos acionistas não controladores, que representa as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido que não são detidas pela Companhia, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores; e
- ▶ Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e entre elas. Esses saldos são eliminados na medida da participação da controladora nas controladas, contra os respectivos investimentos.

Os investimentos nas controladas em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., OGMP Transporte Aéreo Ltda., Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração S.A. e MPX E.ON Participações S.A. são avaliados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidados proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

6. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	-	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos		260	851	7.191	20.554
Fundo de Investimento MM MPX 63	(a)	206.003	834.958	582.335	1.210.166
Bradesco Corporate FIC FI	(b)	-	-	14	61.505
CDB/Compromissadas	(c)	-	124.449	-	124.449
Outras aplicações em renda fixa	(d)	-	-	929	25.741
		206.263	960.258	590.469	1.442.415

(a) Refere-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado MPX 63 administrado pelo Banco Itaú e cuja carteria é composta principalmente por Cédulas de Créditos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 101,3% (marcação a mercado) e 101,8% (taxa nominal na curva). As debêntures representam operações compromissadas, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408/05, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações de fundos de investimentos exclusivos, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fundo Multimercado consolidado				
MPX Energia S.A.	206.003	834.958	206.003	834.958
UTE Porto do Açu Energia S.A.	-	-	263	109
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	15.760	14.071
Amapari Energia S.A.	-	-	10.482	31.123
Seival Sul Mineração Ltda.	-	-	515	152
UTE MPX Sul Energia Ltda.	-	-	168	1
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	-	-	83.017	321.642
MPX Tauá Energia Śolar Ltda.	-	-	118	24
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	-	-	3.917	8.049
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	-	-	1	1
Pecém Operação e Manutenção de Unidades				
Geração Elétrica S.A.	-	-	232	26
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	-	-	369	10
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	-	-	288	-
MPX E.ON Participações S.A.	-	-	45.919	-
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	-	-	213.336	-
Parnaíba Participações S.A.	-	-	1.947	-
, ,	206.003	834.958	582.335	1.210.166

⁽b) O Fundo Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal, cuja carteira está lastreada em operações compromissadas, obteve uma rentabilidade média em 2012, equivalente a 98,9% do DI CETIP ("CDI"). A empresa que detém cotas deste fundo é a controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

⁽c) Representam valores investidos em CDBs ou Debêntures Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

⁽d) Representam, basicamente, valores investidos em Fundos de Investimentos pela MPX Chile em pesos chilenos e dólar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

6. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Os fundos exclusivos são regularmente revisados/auditados por auditores independentes e estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia para garantir essas obrigações.

7. Títulos e valores mobiliários

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
- T					
•		-	3.441	9.437	

Os títulos e valores mobiliários incluem as operações relacionadas à aquisição de títulos públicos federais (LFTs) com vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo. Os valores referem-se às controladas UTE Porto do Itaqui e MPX Pecém II.

8. Depósitos vinculados

		Contro	oladora	Conso	lidado
	_	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
BNDES - Porto do Pecém	(a)	35	56.727	35	56.727
BNDES - UTE Porto do Itaqui	(b)	-	-	10.671	9.953
BNDES - Pecém II	(c)	-	-	22.145	20.662
Comercializadora Energia (Trianon)	(d)	-	-	3.553	3.878
Porto do Pecém (Trianon)	(d)	-	-	500	8.378
UTE Porto do Itaqui (Trianon)	(d)	-	-	-	24.717
MPX S.A.	(e)	102.649	-	102.649	=
UTE Porto do Açú	(f)	-	-	2.070	=
Outros		-	-	331	=
	=	102.684	56.727	141.954	124.315
Circulante		35	56.727	4.237	61.844
Não circulante		102.649	-	137.717	62.471

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

8. Depósitos vinculados--Continuação

- (a) Depósito vinculado às obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNDES e a controlada em conjunto Porto de Pecém Geração de Energia S.A., referente à parcela de contrapartida da interveniente MPX S.A. para manutenção da relação entre capital próprio e dívida pré-estabelecida em contrato. Refere-se à parte da MPX Energia S.A. no Fundo Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal. Em 2012 a MPX Energia S.A. efetuou um aporte de R\$59.900, em sua controlada, advindos deste Fundo.
- (b) Refere-se à conta reserva de serviço da dívida, vinculada ao contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a controlada UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. O valor do depósito em questão corresponde a três prestações de amortização do financiamento concedido e será mantido como garantia da dívida por toda a vigência do contrato.
- (c) Serviço da Dívida das obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a controlada MPX Pecem II Geração de Energia S.A.
- (d) Garantias no Bradesco Trianon referentes à compra de energia no mercado livre.
- (e) Letras Financeiras emitidas pelo Banco Citibank S.A., com rentabilidade de 100% CDI, cedidas fiduciariamente em garantia aos empréstimos contraídos pela MPX S.A com a instituição financeira.
- (f) Refere-se à compensação ambiental estabelecida em termo de compromisso firmado com o Estado do Rio de Janeiro em face do licenciamento da UTE Porto do Açu.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

9. Contas a receber de clientes e subsídios a receber - Conta Consumo de Combustíveis - CCC

Contas a receber correspondem à venda de energia pela controlada Amapari Energia S.A. à Anglo Ferrous Amapá Ltda., no montante de R\$9.109 (R\$10.640 em 31 de dezembro de 2011), bem como às vendas de energia efetuadas pela controlada indireta MPX Comercializadora de Energia Ltda. no montante de R\$22.357 (R\$10.827 em 31 de dezembro de 2011), além de R\$120.646 (R\$ 431 em 31 de dezembro de 2011) referente a outras contas a receber da controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., da controlada Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. e da controlada indireta MPX Tauá Energia Solar Ltda. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em aberto referente a contas a receber é de R\$ 152.114 (R\$ 21.898 em 31 de dezembro de 2011).

A controlada Amapari Energia S.A. obteve, em 19 de maio de 2009, decisão judicial que obriga a ANEEL a enquadrar a UTE Serra do Navio no mecanismo de ressarcimento de parte dos seus custos com combustíveis, utilizados como insumos na geração e venda de energia elétrica, através da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC.

O saldo de R\$ 24.617 registrado no ativo não circulante correspondente ao subsídio a receber - CCC relativo ao período de 11 de novembro de 2008, data de início de operação comercial, a 19 de maio de 2009, data na qual a decisão Administrativa da ANEEL enquadrou a UTE Serra do Navio no mecanismo de ressarcimento de parte dos seus custos com combustíveis utilizados como insumos na geração e venda de energia elétrica. A Companhia vem tomando todas as medidas necessárias, inclusive no âmbito judicial, para conseguir o ressarcimento relativo a esse período. Não obstante, de acordo com o contrato de fornecimento de energia celebrado entre Amapari Energia S.A. e Anglo Ferrous Amapá Ltda., sua cliente, caso, por motivos não imputáveis à controlada Amapari , esta deixe de receber a subvenção da CCC mencionada acima, bem como a diferença do valor unitário de preços entre o faturado pela BR Distribuidora e a tabela de referência da ANP, as partes deverão adequar as condições contratuais para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em aberto referente ao subsídio a receber CCC é de R\$ 42.177, sendo R\$ 17.560 no Circulante e R\$ 24.617 no Não Circulante (R\$29.445 em 31 de dezembro de 2011, sendo R\$ 4.828 no Circulante e R\$ 24.617 no Não Circulante).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

10. Estoques

		Consolidado			
		31/12/2012	31/12/2011		
Óleo diesel/lubrificante	(a)	15.314	8.203		
Carvão	(b)	195.548	76.562		
Peças eletrônicas e mecânicas	(c)	856	1.173		
Total		211.718	85.938		

- (a) O saldo é composto pelos reservatórios de óleo diesel e óleo lubrificante utilizados como insumos na geração de energia elétrica pelas controladas Amapari Energia S.A. (R\$9.865), Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (R\$1.348) e UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$4.101). A controlada Amapari Energia S.A. possui contrato com obrigação de aquisição ("take or pay") com a BR Distribuidora S.A., com a obrigação de adquirir uma quantidade mínima de óleo diesel, equivalente a 3.600 m³ mensais, por um preço fixado, ou de efetuar um pagamento mesmo que esta quantidade não tenha sido adquirida. Caso a obrigatoriedade do contrato seja exercida, resultará na aquisição do óleo diesel utilizado como insumo pela Companhia. A Companhia registrou uma provisão, na conta de fornecedores, referente à diferença entre a quantidade adquirida e a quantidade mínima obrigatória em contrato, em contrapartida do estoque. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo desta provisão é de R\$ 7.251.
- (b) O saldo é composto pelo estoque de carvão utilizado como insumo na geração de energia elétrica pelas controladas Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$87.997), MPX Pecém II Geração de Energia S.A. (R\$40.723) e Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (R\$66.828). O carvão foi adquirido para a fase de comissionamento da operação, bem como para a formação de estoque de segurança da planta com vistas às futuras operações comerciais.
- (c) O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas pela Pecém Operações e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

11. Impostos a recuperar e diferidos

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consc	lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda retido na fonte (b) Antecipação de imposto de renda Antecipação de contribuição social Antecipação de contribuição social - ano anterior (a) Imposto de renda retido na fonte - ano anterior (b) Imposto de renda retido na fonte - mútuo (b) ICMS PIS COFINS	11.391 441 15.301 3.689	23.437 - - - 39.663 650 432 -	24.467 8 3 443 26.007 3.689 2.357 5.301 24.412	35.393 1.819 - 82.567 653 4.893
Outros	844	788	5.460	3.220
	31.666	64.970	92.147	128.545
Circulante Não circulante	22.068 9.598	29.385 35.585	57.438 34.709	37.711 90.834

⁽a) É representado pelas antecipações de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro recolhidos ao longo do exercício e do exercício anterior. Serão compensadas com o imposto de renda e a contribuição social, apurados com base no regime do lucro real.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., Porto do Açu Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A., e Porto do Pecém Geração de Energia S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não têm prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, sendo que, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, as mesmas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

⁽b) O saldo de imposto de renda retido na fonte refere-se a retenções sobre aplicações financeiras e operações de mútuo com partes relacionadas. Esses saldos serão compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

11. Impostos a recuperar e diferidos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

A Companhia e suas controladas adotaram o Regime Tributário de Transição (RTT), para que as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941, de 2009 (que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), não tenham efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Contro	oladora	Consc	olidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo diferido - não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa	161.039	67.599	497.274	67.599
Diferenças temporárias - RTT	-	_	5.488	160.183
Baixa do ativo diferido - efeito Cisão	(25.395)	-	(25.395)	-
Valor justo - derivativos	(21.244)	21.081	(21.244)	21.081
Variação cambial não realizada sobre	-		-	
operações de derivativos - NDF				90.186
	114.400	88.680	456.123	339.049
Passivo diferido - não circulante				
Diferenças temporárias - RTT			10.431	13.239
	-	-	10.431	13.239

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

11. Impostos a recuperar e diferidos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, através de suas controladas, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários a partir do exercício de 2013, conforme demonstrado abaixo:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total	
		400.044	407.407	50.007	44400	00.750	07.070	4.000	450 400	
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	74.755	102.811	107.487	58.937	14.122	28.752	67.370	1.889	456.123	

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

12. Investimentos

a) Composição dos saldos

	Contro	oladora	Consc	olidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Participações societárias Adiantamento para futura aquisição de	2.153.013	1.538.331	31.861	54.466
investimento	-	=	-	1.276
Prêmio na subscrição de ações (*)	62.000	=	31.000	-
Futura aquisição de Investimento	95	-	95	-
	2.215.108	1.538.331	62.956	55.742

^(*) Prêmio pago a título de ágio na subscrição de novas ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

12. Investimentos--Continuação

b) Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas cujo controle a Companhia detém e dos Fundos Exclusivos. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos dos principais grupos de contas das empresas consolidadas são os seguintes:

				31/12/2012			
Participações societárias	Participação no capital em %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	442.065	3.716.461	471.408	2.464.001	1.223.117	(206.999)
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	99,70%	46.335	1.709.494	94.118	1.045.646	616.065	(22.753)
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	136.865	2.633.492	246.786	1.746.493	777.078	(41.236)
Amapari Energia S.A.	51,00%	47.197	98.923	42.449		103.671	9.018
UTE Porto do Açu Energia S.A.	50,00%	420	57.712	3.632	-	54.500	(1.825)
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	558	4.482	24	-	5.016	(675)
UTE MPX Sul Energia Ltda.	50,00%	251	13.157	211	-	13.197	(873)
MPX Chile Holding Ltda.	50,00%	6.117	19.030	27.484	30.801	(33.138)	(24.732)
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	10	400	(4)	2.725	(2.311)	` -
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	70,00%	85.228	1.084.889	162.380 [°]	677.593	330.144	(11.314)
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	1.017	81	421	-	677	` (376)
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	50,00%	668	13.038	61	-	13.645	(5.209)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de							` ,
Geração Elétrica S.A.	50,00%	2.984	-	91	2.155	738	(272)
Seival Participações S.A.	50,00%	117	49.896	105	11.178	38.730	(66)
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	217.134	495.887	627.767	-	85.254	(746)
MPX E.ON Participações S.A.	50,00%	227.579	114.926	123.373	22.015	197.117	(30.389)
UTE Porto do Açú II Energia S.A.	50,00%	101	4.176	11	-	4.266	` <u>-</u>
Parnaíba Participações S.A.	50,00%	15.717	29.213	1.681	-	43.249	(368)
UTE Parnaíba V Geração de Energia S.A.	100,00%	1	-	-	-	1	` -
Parnaíba Geração e Comerc. de Energia S.A.	70,00%	1	-	_	-	1	-
MPX Investimentos S.A.	100,00%	1	-	-	-	1	-
MPX Desenvolvimentos S.A.	100,00%	363	151	214	608	(308)	(309)
MPX Tauá II Energia Solar Ltda.	100,00%	1	-	-	-	` 1	•
				31/12/2011			
Participações societárias	Participação no capital em %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
					2.1.04.14.140		
Porto do Pecém Geração de Energia S A	50.00%	229 533	3 820 747	436 641	2 878 507	735 132	(71 641)

Participação						
no capital	Ativo	Ativo não	Passivo	Passivo não	Patrimônio	
em %	circulante	circulante	circulante	circulante	líquido	Resultado
50,00%	229.533	3.820.747	436.641	2.878.507	735.132	(71.641)
99,70%	10.716	1.398.590	96.745	935.344	377.218	(29.631)
100,00%	113.015	2.443.759	130.986	1.997.311	428.477	(73.323)
51,00%	56.720	102.684	60.750	-	98.653	21.551
100,00%	226	46.913	486	10.360	36.293	(3.003)
70,00%	269	4.442	28	-	4.682	(633)
99,90%	27	12.809	115	3.310	9.411	(1.532)
99,90%	31.819	934	13.615	-	19.138	2.369
99,73%	29.837	13.016	5.402	46.970	(9.519)	(27.865)
100,00%	14.287	355.624	365.967	26	3.918	(59.479)
99,90%	255	8.016	12	250	8.009	(1.063)
99,90%	8.176	1.710	591	-	9.294	11.062
66,67%	8	402	-	2.722	(2.312)	28
70,00%	330.627	436.710	614.150	-	153.187	(11.780)
99,09%	-	2.425	-	-	2.425	-
50,00%	1.280	78	306	-	1.052	(148)
50,00%	970	14.438	274	-	15.134	(3.566)
50,00%	2.700	-	76	2.040	584	(516)
99,90%	-	49.730	14	11.178	38.538	(13)
100,00%	419	22.428	41	22.805	1	-
	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 51,00% 100,00% 99,90% 99,90% 99,90% 66,67% 70,00% 99,90% 50,00% 50,00%	no capital em % Ativo circulante 50,00% 229.533 99,70% 10.716 100,00% 113.015 51,00% 56.720 100,00% 226 70,00% 269 99,90% 27 99,90% 31.819 99,73% 29.837 100,00% 14.287 99,90% 8.176 66,67% 8 70,00% 330.627 99,90% 1.280 50,00% 1.280 50,00% 2.700 99,90% -	no capital em % Ativo circulante circulante 50,00% 229.533 3.820.747 99,70% 10.716 1.398.590 100,00% 113.015 2.443.759 51,00% 56.720 102.684 100,00% 226 46.913 70,00% 269 4.442 99,90% 27 12.809 99,90% 31.819 934 99,73% 29.837 13.016 100,00% 14.287 355.624 99,90% 255 8.016 99,90% 8.176 1.710 66,67% 8 402 70,00% 330.627 436.710 99,09% - 2.425 50,00% 1.280 78 50,00% 2.700 - 99,99% - 43.38	no capital em % Ativo circulante Ativo não circulante Passivo circulante 50,00% 229.533 3.820.747 436.641 99,70% 10.716 1.398.590 96.745 100,00% 113.015 2.443.759 130.986 51,00% 56.720 102.684 60.750 100,00% 226 46.913 486 70,00% 269 4.442 28 99,90% 27 12.809 115 99,73% 29.837 13.016 5.402 100,00% 14.287 355.624 365.967 99,90% 255 8.016 12 99,90% 8.176 1.710 591 66,67% 8 402 - 70,00% 330.627 436.710 614.150 99,09% - 2.425 - 50,00% 1.280 78 306 50,00% 2.700 78 306 50,00% 2.700 - 76	no capital em % Ativo circulante Ativo não circulante Passivo circulante Passivo circulante 50,00% 229.533 3.820.747 436.641 2.878.507 99,70% 10.716 1.398.590 96.745 935.344 100,00% 113.015 2.443.759 130.986 1.997.311 51,00% 56.720 102.684 60.750 - 100,00% 226 46.913 486 10.360 70,00% 269 4.442 28 - 99,90% 27 12.809 115 3.310 99,73% 29.837 13.016 5.402 46.970 100,00% 14.287 355.624 365.967 26 99,90% 255 8.016 12 250 99,90% 8.176 1.710 591 - 70,00% 330.627 436.710 614.150 - 70,00% 330.627 436.710 614.150 - 99,90% - 2.425	no capital em% Ativo circulante Ativo não circulante Passivo circulante Passivo não circulante Patrimônio liquido 50,00% 229.533 3.820.747 436.641 2.878.507 735.132 99,70% 10.716 1.398.590 96.745 935.344 377.218 100,00% 113.015 2.443.759 130.986 1.997.311 428.477 51,00% 56.720 102.684 60.750 - 98.653 100,00% 226 46.913 486 10.360 36.293 70,00% 269 4.442 2.8 - 4.682 99,90% 27 12.809 115 3.310 9.411 99,90% 31.819 934 13.615 - 19.138 99,73% 29.837 13.016 5.402 46.970 (9.519) 100,00% 14.287 355.624 365.967 26 3.918 99,90% 255 8.016 12 250 8.009 99,90%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

12. Investimentos--Continuação

b) Participações societárias--Continuação

O saldo da conta de investimentos está apresentado a seguir:

		Contro	oladora	Consc	lidado
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Double in a 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2					
Participações societárias Porto do Pecém Geração de Energia S.A.		611.561	367.565		
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.		449.104	376.189	-	-
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia		443.104	370.109	-	-
S.A.		536.077	428.477	_	_
Ágio por rentabilidade futura		15.470	15.470	_	_
Amapari Energia S.A.		52.872	50.313	_	_
UTE Porto do Açu Energia S.A.		27.251	36.293	_	_
Seival Sul Mineração Ltda.		3.511	3.278	-	-
UTE MPX Sul Energia Ltda.		6.597	9.401	-	-
		6.597	19.122	-	-
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	(0)	-	19.122	-	-
MPX Chile Holding Ltda.	(a)	-	-	-	-
Termopantanal Participações Ltda. MPX Áustria GmbH	(a)	-	3.919	-	-
		-		-	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	_	-	8.004	-	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	5	338	526		
- · · ·		330	526	-	-
MPX Comercializadora de Combustíveis			9.285		
Ltda. OGX Maranhão		31.861		31.861	E 4 466
			54.467	31.001	54.466
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.		231.101	107.231	-	-
Nova - Sistemas de Energia Ltda.			2.425	-	-
OGMP Transporte Aéreo Ltda.		6.823	7.567	-	-
PO&M- Pecém Operação e Manutenção de		200	202		
Geração Elétrica S.A.		369	292	-	-
Seival Participações S.A.		19.365	38.507	-	-
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	71- \	85.254	-	-	-
CCX Brasil Participações S.A.	(b)	-	-	-	-
MPX E.ON Participações S.A.	(c)	66.406	-	-	-
UTE Porto do Açu II Energia S.A.	(-)	2.133	-	-	-
UTE Parnaíba V Geração de Energia S.A.	(e)	1	-	-	-
Parnaíba Geração e Comercialização de	(0)				
Energia S.A.	(f)	1	-	-	-
MPX Investimentos S.A.	(g)	-	-	-	-
MPX Desenvolvimentos S.A.	(h)	-	-	-	-
Parnaíba Participações S.A.	(i)	6.917	-	-	-
MPX Tauá II Energia Solar Ltda.	(d)	1	-	-	-
Prêmio na subscrição de ações	(c)	62.000	-	31.000	4.076
Futura aquisição de investimento		95	4 500 004	95	1.276
		2.215.108	1.538.331	62.956	55.742

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

12. Investimentos--Continuação

- b) Participações societárias--Continuação
 - (a) Em 31 de dezembro de 2012 o saldo do investimento com as controladas em conjunto e controladas MPX Chile Holding Ltda. e Termopantanal Participações Ltda. encontra-se classificado no passivo não circulante na conta de passivo a descoberto tendo em vista o patrimônio líquido negativo dessas empresas.
 - (b) Em 1º de março de 2012 foi constituída a CCX Brasil Participações S.A., que tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades empresariais e não empresariais, no Brasil ou no exterior. Em 24 de maio de 2012 o Conselho de Administração da MPX aprovou a cisão parcial que resultou na criação da CCX Carvão da Colômbia. Está operação teve como objetivo cindir os ativos minerários da MPX situados na Colômbia.
 - (c) A Sociedade, constituída em 20 de março de 2012, tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades empresariais e não empresariais, no Brasil ou no exterior. Em 24 de maio de 2012 a MPX Energia S.A. aportou R\$ 67.944, no capital da MPX E.ON Participações, através da transferência parcial de sua carteira de investimentos com participação nas controladas MPX Chile Holding Ltda., Parnaíba Participações S.A., UTE MPX Sul Energia S.A., UTE Porto do Açu Energia S.A. e UTE Porto do Açu II Energia S.A. Na mesma data, a MPX Energia S.A. aportou R\$ 62.000 a título de prêmio na subscrição de novas ações. Em 12 de dezembro de 2012 a MPX Energia aumentou, em R\$ 19.349, o capital social da MPX EON Participações, através da transferência de 50% da sua participação na controlada Seival Participações.
 - (d) Em 8 de novembro de 2012 foi constituída a MPX Tauá II Energia Solar Ltda., que tem como objeto social a implantação e exploração de empreendimentos de energia elétrica através de aproveitamento de energia solar, incluindo a geração e comercialização de energia elétrica e disponibilidade de lastro de geração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

12. Investimentos--Continuação

- b) Participações societárias--Continuação
 - (e) Em 11 de maio de 2012 foi constituída a UTE Parnaíba V Geração de Energia S.A., que tem como objeto social o desenvolvimento, a construção e a operação de projetos de unidades de geração térmica a partir de gás natural e a comercialização de gás natural.
 - (f) Em 12 de maio de 2012 foi constituída a Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A., que tem como objeto social a comercialização, importação e exportação de energia elétrica, bem como a participação no capital social de outras sociedades.
 - (g) Em 20 de junho de 2012 foi constituída a MPX Investimentos S.A., tendo por objeto social a participação no capital social de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior.
 - (h) Em 10 de setembro de 2012 constituiu-se a MPX Desenvolvimentos S.A., tendo por objeto social o desenvolvimento e a implantação de projetos de gaseificação de carvão para produção de gases industriais e de seus derivados líquidos e gasosos (produtos decorrentes), utilizando tecnologias comerciais. Em 31 de dezembro de 2012 esta controlada encontra-se contabilizada como passivo a descoberto.
 - (i) Em 01 de março de 2012 foi constituída a UTE Parnaíba III Geração de Energia S.A., tendo por objeto social o desenvolvimento, construção e operação de projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural e a comercialização de gás natural, bem como a participação no capital de outras sociedades, simples ou empresariais, que possuam objeto social semelhante ao da Companhia.Em 8 de outubro de 2012 foi alterada a denominação social da Companhia para Parnaíba Participações S.A..

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

12. Investimentos--Continuação

c) Mutação do investimento

	Saldo em	Integralização		Cisão CCX Carvão da	Transferência para MPX E.ON		Variação	Ajuste de avaliação	Saldo em
Participações societárias	31/12/2011	de capital	Equivalência	Colômbia	Participações	Dividendos	cambial	patrimonial	31/12/2012
Porto do Pecém Geração de									
Energia S.A.	367.565	351.630	(103.500)	_	-		_	(4.134)	611.561
MPX Pecém II Geração de Energia	001.000	0011000	(100,000)			_		(0111001
S.A.	376,189	95.600	(22.685)	_	-		-	-	449.104
UTE Porto do Itaqui Geração de			,,			-			
Energia S.A.	428,477	148.836	(41.236)	-	-		-	-	536.077
Ágio por rentabilidade futura	15.470			-	-	-	-	-	15.470
Amapari Energia S.A.	50.313	-	4.599	-		(2.040)	-	-	52.872
UTE Porto do Açu Energia S.A.	36.293	16.006	(2.114)	-	(22.934)	` -′	-	-	27.251
Seival Sul Mineração Ltda.	3.278	706	(473)	-		-	-	-	3.511
UTE MPX Sul Energia Ltda.	9.401	4.410	(686)	-	(6.526)	-	-	-	6.599
MPX Comercializadora de Energia						-			
Ltda.	19.122	4.000	421	-	(23.543)		-	-	-
MPX Áustria GmbH	3.919	84.429	(2.839)	-	(55.709)	-	(29.800)	-	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	8.004	650	(105)	-	(8.549)	-	-	-	-
Porto do Pecém Transportadora de						-			
Minérios S.A.	526	-	(188)	-	-		-	-	338
MPX Comercializadora de						-			
Combustíveis Ltda.	9.285	-	(253)	-	(9.032)		-	-	-
OGX Maranhão Petróleo e Gás						-			
Ltda.	54.467	11.500	(34.106)	-	-		-	-	31.861
UTE Parnaíba Geração de Energia						-			
S.A.	107.231	131.790	(7.920)	-	-		-	-	231.101
Nova - Sistemas de Energia Ltda.	2.425	100	-	-	(2.525)	-	-	-	-
OGMP Transporte Aereo Ltda.	7.567	1.860	(2.604)	-	-	-	-	-	6.823
Pecém Operação Manutenção e						-			
Operação S.A.	292	209	(134)	-			-	-	367
Seival Participações S.A.	38.507	269	(62)	-	(19.349)	-	-	-	19.365
UTE Porto do Açu II Energia S.A.	-	4.215			(2.082)	-	-	-	2.133
CCX Brasil Participações S.A.	-	750.208	(76)	(750.132)	-	-	-	. .	
MPX E.ON Participações S.A.	-	87.294	(15.195)		-	-	-	(5.693)	66.406
Centennial Amapá	-	64	(33)	(31)	-	-	-	-	
Prêmio de subscrição	-	62.000	-	-	-	-	-	-	62.000
Parnaíba ParticipaçõesS.A.	-	7.101	(184)	-	-	-	-	-	6.917
UTE Parnaíba V Geração de						-			
Energia S.A.	-	1	•	-	-		-	-	1
Parnaíba Geração						-			
Comercialização de Energia									
S.A.	-	1	-	-	-		-	-	1
MPX Investimentos S.A.	-	1	(1)	-	-	-	-	-	-
UTE Parnaíba II Geração de		96 000	(746)						05 254
Energia S.A.	-	86.000 1	(746)	-	-		-	-	85.254
MPX Tauá II Energia Solar Ltda. Futura aquisição de investimentos	-	1 95	-	-	-	-	-	-	1 95
rutura aquisição de investimentos	4 500 001	1.848.976	(000 400)	(7E0.4CC)	(450.040)	(0.040)	(00 000)	(0.007)	2.215.108
	1.538.331	1.848.976	(230.120)	(750.163)	(150.249)	(2.040)	(29.800)	(9.827)	2.215.108

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

13. Imobilizado

a) Composição dos saldos

Consolidado

Imobilizado em serviço

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Gasoduto	Provisão para perda "Impairment"	Custo de desmante- lamento	Imobilizado em curso	Total
Tx depreciação % a.a. Custo	-	4	7	17	20	10	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2011	44.419	21.344	87.325	3.421	8.851	6.801	12.169	(12.169)	3.696	5.233.568	5.409.425
Saldo em 01/01/2012 Adições Baixas Transferências	44.419 5.360 (44.419)	21.344 175 (1.700) 335.798	87.325 3.245 - 481.659	3.421 919 (22)	8.851 541 (103)	6.801 1 (66)	12.169 - - -	(12.169) - - -	3.696 172 -	5.233.568 2.016.228 (1.939) (817.457)	5.409.425 2.026.641 (48.249)
Saldo em 31/12/2012	5.360	355.617	572.229	4.318	9.289	6.736	12.169	(12.169)	3.868	6.430.400	7.387.817
Depreciação Saldo em 31/12/2011	-	(831)	(11.869)	(1.475)	(353)	(1.088)	-	-	-	-	(15.616)
Saldo em 01/01/2012 Adições Baixas	-	(831) (1.884)	(11.869) (5.693)	(1.475) (64) 2	(353) (1.227) 72	(1.088) (624) 32	:	-	:	:	(15.616) (9.492) 106
Transferências	-	(2.745)	- (47 ECO)	-	-	(1.680)	-	-	-	-	(25,002)
Saldo em 31/12/2012		(2.715)	(17.562)	(1.537)	(1.508)	(1.680)		-			(25.002)
Valor contábil	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2012	44.419 5.360	20.513 352.902	75.456 554.667	1.946 2.781	8.498 7.781	5.713 5.056	12.169 12.169	(12.169) (12.169)	3.696 3.868	5.233.568 6.430.400	5.393.809 7.362.815
		Edificaçãos						Draviaša nasa	Cuata da		
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Gasoduto	Provisão para perda "Impairment"	Custo de desmante- lamento	Imobilizado em curso	Total
Tx Depreciação % a.a.	Terrenos -	obras civis e			Veículos		Gasoduto - -	perda	desmante-		Total -
	Terrenos	obras cívis e benfeitorias	equipamentos	de informática		utensílios	Gasoduto - - 12.169	perda	desmante-		Total
Custo	-	obras cívis e benfeitorias 4 - 7.888 7.888 1.735 (3)	equipamentos	de informática	20	utensílios 10	-	perda "Impairment" - -	desmante- lamento	- 3.383.404 3.383.404 1.865.696 (192)	-
Custo Saldo em 31/12/2010 Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas	2.640 2.640 41.339	obras cívis e benfeitorias 4 - 7.888 7.888 1.735	7 - 78.821 78.821 6.098 (499)	2.689 2.689	20 - 719 719 8.205	10 - 3.012 3.012 3.577 (54)	12.169	perda "Impairment" - - (12.169)	desmante- lamento - 3.450 3.450	3.383.404 3.383.404 1.865.696	3.482.623 3.482.623 1.927.623
Custo Saldo em 31/12/2010 Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas Transferências	2.640 2.640 41.339	obras cívis e benfeitorias 4 - 7.888 7.888 1.735 (3) 11.724	78.821 78.821 6.098 (499) 2.905	2.689 727 - 5	20 - 719 719 8.205 (73)	10 - 3.012 3.012 3.577 (54) 266	12.169 12.169	perda "Impairment" - (12.169) (12.169) - - -	3.450 246		3.482.623 3.482.623 1.927.623 (821)
Custo Saldo em 31/12/2010 Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2011 Depreciação Saldo em 31/12/2010 Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas	2.640 2.640 41.339 440 44.419	obras civis e benfeitorias 4 7.888 7.888 1.735 (3) 11.724 21.344 - (354) (477)	7 7 78.821 78.821 6.098 (499) 2.905 87.325	de informática 17 2.689 2.689 727 5 3.421	20 - 719 719 8.205 (73) - 8.851	10 - 3.012 3.012 3.577 (54) 266 6.801 - (790) (298)	12.169 12.169 12.169	perda "Impairment" (12.169) (12.169) (12.169) (12.169)	desmante- lamento	3.383.404 3.383.404 1.865.696 (192) (15.340) 5.233.568	3.482.623 3.482.623 1.927.623 (821) 5.409.425
Custo Saido em 31/12/2010 Saido em 31/12/2011 Adições Baixas Transferências Saido em 31/12/2011 Depreciação Saido em 31/12/2010 Saido em 01/01/2011 Adições	2.640 2.640 41.339 440 44.419	obras cívis e benfeitorias 4 - 7.888 7.888 1.735 (3) 11.724 21.344 - (354)	7 - 78.821 - 78.821 - 6.098 (499) 2.905 - 87.325 - (7.691) - (7.691)	de informática 17 - 2.689 2.689 727 - 5 3.421 - (906)	20 - 719 719 8.205 (73) - 8.851	10 - 3.012 3.012 3.577 (54) 266 6.801 - (790)	12.169 12.169 12.169	perda "Impairment"	3.450 3.450 246 	3.383.404 3.383.404 1.865.696 (192) (15.340) 5.233.568	3.482.623 3.482.623 1.927.623 (821) 5.409.425
Custo Saido em 31/12/2010 Saido em 01/01/2011 Adições Baixas Transferências Saido em 31/12/2011 Depreciação Saido em 31/12/2010 Saido em 01/01/2011 Adições Baixas Transferências	2.640 2.640 41.339 440 44.419	obras cívis e benfeitorias 4 - 7.888 7.888 1.735 (3) 11.724 21.344 - (354) (354) (477)	78.821 78.821 78.821 6.098 (499) 2.905 87.325 - (7.691) (4.178) -	de informática 17 2.689 2.689 727 5 3.421 - (906) (906) (569)	20 	utensilios 10 - 3.012 3.012 3.012 3.577 (54) 266 6.801 - (790) (790)	12.169 12.169 12.169	perda "Impairment" (12.169) (12.169) (12.169) (12.169)	desmante- lamento	3.383.404 3.383.404 1.865.696 (192) (15.340) 5.233.568	3.482.623 3.482.623 1.927.623 (821) 5.409.425 (9.944) (9.944)
Custo Saido em 31/12/2010 Saido em 31/12/2011 Adições Baixas Transferências Saido em 31/12/2011 Depreciação Saido em 31/12/2010 Saido em 31/12/2010 Adições Baixas Transferências Saido em 31/12/2011	2.640 2.640 41.339 440 44.419	obras cívis e benfeitorias 4 - 7.888 7.888 1.735 (3) 11.724 21.344 - (354) (354) (477)	78.821 78.821 78.821 6.098 (499) 2.905 87.325 - (7.691) (4.178) -	de informática 17 2.689 2.689 727 5 3.421 - (906) (906) (569)	20 	utensilios 10 - 3.012 3.012 3.012 3.577 (54) 266 6.801 - (790) (790)	12.169 12.169 12.169	perda "Impairment" (12.169) (12.169) (12.169) (12.169)	desmante- lamento	3.383.404 3.383.404 1.865.696 (192) (15.340) 5.233.568	3.482.623 3.482.623 1.927.623 (821) 5.409.425 (9.944) (9.944)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

13. Imobilizado--Continuação

a) Composição dos saldos--Continuação

Consolidado--Continuação

Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, a Amapari Energia S.A., UTE's de Tauá Solar Ltda. e Porto do Pecém, que entraram em operação em novembro de 2008, maio de 2011 e dezembro de 2012 respectivamente. Com relação a Porto do Pecém, as máquinas e equipamentos referem-se à 1ª turbina que entrou em operação. A depreciação dos ativos é baseada no prazo de concessão e o cálculo é realizado pelo método linear utilizando as taxas da ANEEL determinadas pela Resolução Normativa nº 474 de 07 de fevereiro de 2012. Para a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, serão calculados uma nova taxa de depreciação ou amortização e mensalmente contabilizados em resultado, para ao final da concessão obter valor residual igual a zero.

Edificações, obras civis e benfeitorias

Refere-se, basicamente, à entrada em operação em dezembro de 2012 da 1ª turbina da Porto do Pecém. A depreciação segue o mesmo procedimento e critério descritos no item Máquinas e equipamentos.

Terrenos

Em 30 de junho de 2010, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. adquiriu um terreno para construção do empreendimento no valor de R\$ 3.113 registrado no grupo de "Terrenos". O valor refere-se ao custo de aquisição acrescido de taxas de escrituração de R\$ 2.047 na Seival Participações empresa com controle em conjunto entre a MPX Energia e a MPX E.ON Participações. As contabilizações seguem o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

13. Imobilizado--Continuação

a) Composição dos saldos--Continuação

Consolidado--Continuação

Imobilizado em curso

Refere-se, basicamente, a gastos incorridos com adiantamentos realizados para reservas e aquisições de equipamentos para a construção das usinas termelétricas das empresas Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., garantidos por fiancas bancárias no montante de R\$324.240. Os saldos estão contabilizados no subgrupo "imobilizado em curso" e serão transferidos para "imobilizado em serviço" a partir da entrada em operação. As referidas controladas assinaram com a MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. contratos EPC (Engineering, Procurement and Constrution) na modalidade de empreitada global para construção das usinas. Conforme estabelecido nos respectivos contratos, sobre cada montante adiantado deverá ser retido o equivalente a 15% a título de garantia para entrega da usina, a ser desembolsado ao longo do exercício de 2013, caso a MABE apresente fianças bancárias, ressaltando que para essa parcela retida do adiantamento não há uma definição prévia quanto à sua aplicação na obra da usina. Em 31 de dezembro de 2012, o montante total das garantias retidas pelas controladas corresponde a R\$133.935 (R\$180.497 em 31 de dezembro de 2011) e encontrase contabilizado no passivo circulante das controladas Porto do Pecém e MPX Pecém II e apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Retenções contratuais".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

13. Imobilizado--Continuação

a) Composição dos saldos--Continuação

Consolidado--Continuação

Imobilizado em curso--Continuação

O imobilizado em curso da MPX Energia S.A. refere-se, basicamente, a gastos incorridos com licenciamentos ambientais e estudos de projetos de desenvolvimento, como UTE Porto do Pecém I e II, UTE Porto do Itaqui, UTE Porto do Açu, UTE MPX Sul entre outros e adiantamentos referentes à aquisição de equipamentos para a usina Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Os saldos estão contabilizados no subgrupo "imobilizado em curso" e serão transferidos para "imobilizado em serviço" a partir da entrada em operação.

Os custos de mão de obra dos colaboradores diretamente alocados na construção das usinas de Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., cujo montante em 31 de dezembro de 2012 é de R\$46.626 (R\$ 17.899 em 31 de dezembro de 2011), estão sendo capitalizados.

Juros capitalizados

Os custos dos empréstimos capitalizados consolidados em virtude das imobilizações em andamento foram no montante de R\$ 987.988, em 31 de dezembro de 2012, conforme segue:

	Porto do Pecém	MPX Pecém II	Porto do Itaqui	UTE Parnaíba I	UTE Parnaíba II	Total
Juros e variação cambial sobre juros capitalizados	236.227	224.915	381.104	104.787	40.955	987.988

Teste de valor recuperável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, A Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

13. Imobilizado--Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

a) Composição dos saldos--Continuação

Consolidado--Continuação

Teste de valor recuperável —Continuação

Abaixo as premissas utilizadas na avaliação da recuperabilidade dos ativos. Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas em fontes externas de informações.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia que foram feitas até o término da autorização, entretanto sua realização ocorrerá dentro do prazo de oito anos, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com as tendências futuras do setor elétrico e baseadas em fontes externas de informações, bem como a perspectivas de crescimento da economia brasileira. A taxa de crescimento esperado para o investimento se dá através da reposição inflacionária permitida em contrato, visto que, as quantidades de energia a serem vendidas já estão definidas por um período de 15 a 20 anos, sendo o preço de venda desta energia corrigida pelo IPCA. A companhia atuara atuará na gestão eficiente dos custos de O&M e consumo de combustível, bem como controle efetivo dos custos fixos, para poder maximizar seus ganhos no período de operação.
- ▶ Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital. O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos a cada unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para o segmento. Outrossim, essa taxa foi ajustada para refletir a avaliação de mercado de qualquer risco específico à unidade geradora de caixa, motivo pelo qual as estimativas de entradas e saídas do fluxo de caixa não foram ajustadas para refletir esses riscos específicos. Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado foi 8,03%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

13. Imobilizado--Continuação

a) Composição dos saldos--Continuação

Consolidado--Continuação

Teste de valor recuperável--Continuação

Abaixo a descrição dos principais ativos avaliados:

Porto do Pecém

O empreendimento comercializou 615 MW médios, uma parceria 50/50 entre a MPX e a EDP - Energias do Brasil S.A., por um período de 15 anos, no leilão A-5 de 2007. O contrato garante uma receita anual mínima de R\$ 567,2 milhões (base: outubro de 2012), indexada ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE) e, adicionalmente, uma receita variável destinada a cobrir os custos (combustível, operação e manutenção) incorridos quando a planta for despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

<u>Itaqui</u>

O empreendimento comercializou 315 MW médios, por um período de 15 anos, no leilão A-5 de 2007. O contrato garante uma receita anual mínima de R\$ 299,8 milhões (base: outubro de 2012), indexada ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE) e, adicionalmente, uma receita variável destinada a cobrir os custos (combustível, operação e manutenção) incorridos quando a planta for despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Pecém II

O empreendimento comercializou 276 MW médios no leilão A-5 ocorrido em 2008, por um período de 15 anos, garantindo uma receita fixa anual de R\$ 269,2 milhões (base: outubro de 2012), indexada ao índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), e, adicionalmente, uma receita variável destinada a cobrir os custos (combustível, operação e manutenção) incorridos quando a planta for despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

13. Imobilizado--Continuação

a) Composição dos saldos--Continuação

Consolidado--Continuação

Teste de valor recuperável--Continuação

Parnaíba I

O Empreendimento, uma parceria 70/30 entre a MPX e a Petra Energia S.A., comercializou 450 MW médios, no leilão A-5 de 2008, por um período de 15 anos. O contrato garante uma receita anual mínima total de R\$ 421,2 milhões (base: outubro de 2012), indexada ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE) e, adicionalmente, uma receita variável destinada a cobrir os custos (combustível, operação e manutenção) incorridos quando a planta for despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Parnaíba II

O empreendimento comercializou 450 MW médios no leilão A-3 ocorrido em 2011, por um período de 20 anos, garantindo uma receita fixa anual de R\$ 353,1 milhões (base: outubro de 2012), indexada ao índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), e, adicionalmente, uma receita variável destinada a cobrir os custos (combustível, operação e manutenção) incorridos quando a planta for despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

A Petra Energia S.A. tem o direito de ingressar na UTE Parnaíba II mediante aporte de capital no montante equivalente a 30% da participação societária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

14. Intangível

a) Composição dos saldos

Consolidado

Intangível em serviço

	Licenças e software de informática	Direitos minerários de carvão	Opção de direitos minerários	Estudos minerários	Ágio na aquisição de investimentos	Outorgas e CCEARs	Direito de uso	Intangível em curso	Total
Tx. amortização % a.a. Custo	20	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2011	4.644	25.105	2.449	26.546	15.470	183.501	11.190	-	268.905
Saldo em 01/01/2012 Adições Baixas Transferências	4.644 1.179 (15) 14	25.105 2.738 (27.843)	2.449 - (2.449)	26.546 - (26.546)	15.470 - - -	183.501 10.510 -	11.190 268 -	25.089 - (14)	268.905 39.784 (56.853)
Saldo em 31/12/2012	5.822	-	-	-	15.470	194.011	11.458	25.075	251.836
Amortização Saldo em 31/12/2011	(1.289)	-	-	-	<u>.</u>	-	-	-	(1.289)
Saldo em 01/01/2012 Adições Baixas	(1.289) (882)	:	-	-	:	-	:	:	(1.289) (882)
Transferências		-	-		-	-	-	-	
Saldo em 31/12/2012	(2.171)	-	-	-	-	-	-	-	(2.171)
Valor contábil Saldo em 31/12/2011	3.355	- 25.105	2.449	26.546	- 15.470	183.501	- 11.190		267.616
Saldo em 31/12/2012	3.651	-	-	-	15.470	194.011	11.458	25.075	249.665
	Licenças e software de informática	Direitos minerários de carvão	Opção de direitos minerários	Estudos minerários	Ágio na aquisição de investimentos	Outorgas e CCEARs	Direito de uso	Intangível em curso	Total
Tx. amortização % a.a. Custo	20								
Saldo em 31/12/2010		-	-	-	-	-	-	-	-
Saido em 31/12/2010	2.517	42.784	2.449	14.212	15.470	-	11.744	-	89.176
Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas	2.517 2.517 2.273 (4)	42.784 42.784 5.876 (23.555)	2.449	14.212 14.212 15275 (2.941)	15.470 15.470	183.501	11.744 63 (759)	- - - - - -	89.176 89.176 206.988 (27.259)
Saldo em 01/01/2011 Adições	2.517 2.517 2.273	42.784 5.876		14.212 15275		-	11.744 63		89.176 206.988
Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2011 Amortização	2.517 2.517 2.273 (4) (142) 4.644	42.784 5.876 (23.555) - 25.105	2.449 - - - 2.449	14.212 15275 (2.941) - 26.546	15.470 - - - 15.470	183.501 - - 183.501	11.744 63 (759) 142 11.190	- - - - -	89.176 206.988 (27.259) - 268.905
Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2011	2.517 2.517 2.273 (4) (142)	42.784 5.876 (23.555)	2.449 - - -	14.212 15275 (2.941)	15.470 - - -	- 183.501 - -	11.744 63 (759) 142	- - - -	89.176 206.988 (27.259)
Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2011 Amortização Saldo em 31/12/2010 Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas	2.517 2.517 2.273 (4) (142) 4.644	42.784 5.876 (23.555) - 25.105	2.449 - - - 2.449	14.212 15275 (2.941) - 26.546	15.470 - - - 15.470	183.501 - - 183.501	11.744 63 (759) 142 11.190	- - - - -	89.176 206.988 (27.259) - 268.905
Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2011 Amortização Saldo em 01/01/2011 Adições	2.517 2.517 2.273 (4) (142) 4.644 (653)	42.784 5.876 (23.555) - 25.105	2.449 - - - 2.449	14.212 15275 (2.941) - 26.546	15.470 - - - 15.470	183.501 - - 183.501	11.744 63 (759) 142 11.190	- - - - -	89.176 206.988 (27.259) - 268.905 (653)
Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2011 Amortização Saldo em 31/12/2010 Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2011	2.517 2.517 2.273 (4) (142) 4.644 (653) (653) (636)	42.784 5.876 (23.555) 25.105	2.449	14.212 15275 (2.941) - 26.546	15.470 - - 15.470	183.501 - 183.501	11.744 63 (759) 142 11.190	-	89.176 206.988 (27.259) - 268.905 (653) (653)
Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas Transferéncias Saldo em 31/12/2011 Amortização Saldo em 31/12/2010 Saldo em 01/01/2011 Adições Baixas Transferências	2.517 2.517 2.273 (4) (142) 4.644 (653) (653) (636)	42.784 5.876 (23.555) 25.105	2.449	14.212 15275 (2.941) - 26.546	15.470 - - 15.470	183.501 - 183.501	11.744 63 (759) 142 11.190	-	89.176 206.988 (27.259) - 268.905 (653) (653)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

14. Intangível -- Continuação

b) Outorgas e CCEARs

UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.

Em setembro de 2011, após aprovação da ANEEL, a MPX Energia S.A. firmou o Contrato de Compra de Outorgas com o Grupo Bertin Energia e Participações S.A., com prazo de 15 anos, para a aquisição das outorgas fornecidas pela ANEEL às UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville (subsidiárias da Bertin Energia e Participações S.A.), para se instalarem como produtoras independentes de energia. Adicionalmente o referido documento determina a cessão dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEARs) das UTEs para a MPX Energia S.A.

Cabe destacar que as UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville foram contratadas no leilão de A-5 nº 03/2008- ANEEL, realizado em 30 de setembro de 2008, onde foi homologado o suprimento de 225 MW (em média) às distribuidoras, cada uma, com um prazo de autorização de 35 anos.

O Termo de Fechamento da Operação ("Termo"), datado de 2 setembro de 2011, estipula duas cláusulas de pagamento adicional de cessão, condicionado a: (i) Autorização da ANEEL, sem ônus ou restrições, para aumento da garantia física de energia em até 72,7 MW médios para cada empreendimento. Caso a MPX Energia S.A. obtenha a autorização, será devido às UTEs, na mesma proporção do acréscimo na garantia física com o valor máximo de R\$83 milhões, sendo 50% para cada uma delas, a título de preço adicional de cessão e (ii) Concedida a autorização da ANEEL, sem ônus ou restrições, à alteração do fator "i" e dos "Demais Custos Variáveis" (definido no art. 3º, II, da Portaria MME nº 42, de 01/03/2007) dos Empreendimentos, a MPX Energia S.A. deverá pagar a cada uma das UTEs, na mesma proporção, o valor dos tributos, declarados e reconhecidos nas demonstrações financeiras das UTEs como devidos. Este montante está limitado a R\$61,2 milhões ou ao valor do benefício obtido pela MPX Energia S.A. resultante da alteração do fator "i" e dos "Demais Custos Variáveis" dos Empreendimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

14. Intangível -- Continuação

b) Outorgas e CCEARs--Continuação

UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.--Continuação

Ambas as cláusulas condicionantes têm prazo de 18 meses a contar de 2 de setembro de 2011, data do Termo de Fechamento da Operação.

A MPX Energia S.A. firmou com sua subsidiária UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. ("UTE Parnaíba") o Contrato de Cessão de Direitos e Obrigações sobre as outorgas compradas do Grupo Bertin Energia e Participações S.A. O referido contrato objetiva ceder de forma gratuita para UTE Parnaíba todos os direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Compra de Outorgas.

A referida Cessão de Direitos e Obrigações, firmada entre a MPX Energia S.A. e a UTE Parnaíba, também possui duas cláusulas condicionais, a saber: (i) Autorização da ANEEL para a implantação dos Empreendimentos (UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville) no complexo Termelétrico Parnaíba e (ii) alteração do fator "i" e dos "Demais Custos Variáveis" já citados acima.

A Companhia não tratou essa transação como uma combinação de negócios, mas sim como uma aquisição de ativos uma vez que está adquirindo ativos intangíveis que são as outorgas e os contratos de comercialização.

Esta aquisição consolida a implantação do "Complexo Termelétrico Parnaíba", com capacidade instalada inicial de 1,5 GW, à base de gás natural.

Parnaíba Participações S.A.

No dia 09 maio de 2012, a Parnaíba Participações S.A. (nova denominação da UTE Parnaíba III Geração de Energia S.A.) e a Petra Energia S.A. assinaram com o Grupo Bertin um Contrato de Opção de Compra da totalidade das ações da UTE MC2 Nova Venécia 2 S.A., a qual sagrou-se vencedora no leilão nº 3/2008-ANEEL para contratação de 98 lotes de energia elétrica, à média de 98MW, na forma dos respectivos contratos de compra e venda de energia elétrica no mercado regulado com as distribuidoras de energia (CCEARs).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

14. Intangível -- Continuação

b) Outorgas e CCEARs--Continuação

Parnaíba Participações S.A.--Continuação

Na referida data, após devida auditoria técnica, legal e contábil, a Parnaíba Participações e a Petra pagaram ao Grupo Bertin, na proporção 70/30 respectivamente, o valor de R\$20milhões pelo direito de exercer a Opção de Compra e, em caso de exercício, pagariam mais R\$30milhões, sendo R\$15milhões na data do exercício da Opção de Compra e os R\$15milhões restantes na data da efetiva transferência da titularidade das ações, o que está condicionado à aprovação prévia pelas Autoridades Governamentais competentes (MME).

Ágio na aquisição de investimento

Em 14 de outubro de 2008, a MPX Energia S.A. adquiriu da EDP Energias do Brasil S.A. 100% das quotas do capital social da UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. em transação que envolveu a permuta de 50% das ações da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. pelas referidas quotas e o consequente registro de um ágio pela MPX Energia S.A. no montante de R\$15.470 que está sendo apresentado no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora e no grupo do intangível para as demonstrações financeiras consolidadas. Tal ágio está baseado na expectativa da rentabilidade futura e não vem sofrendo amortização.

Análise do valor de recuperação

A Companhia avaliou o valor de recuperação do ágio da UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

14. Intangível -- Continuação

Análise do valor de recuperação--Continuação

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia que foram feitas até o término da autorização em 2041, tendo como principais premissas:

Crescimento orgânico compatível com as tendências futuras do setor elétrico e baseadas em fontes externas de informações, bem como a perspectivas de crescimento da economia brasileira. A taxa de crescimento esperado para o investimento se dá através da reposição inflacionária permitida em contrato, visto que, as quantidades de energia a ser vendida já estão definidas por um período de 15 anos, sendo o preço de venda desta energia corrigido pelo IPCA. A companhia atua na gestão eficiente dos custos de O&M e consumo de combustível, bem como no controle efetivo dos custos fixos, para poder maximizar seus ganhos no período de operação.

A Companhia também considera como premissa-chave nessa análise, sua capacidade de recontratar em condições semelhantes às atuais a venda de energia após o período de 15 anos, prazo no qual se encerra o contrato atualmente vigente. A não renovação ou renovação em condições adversas às presentes, pode gerar redução do valor recuperável da UGC. A Companhia entende que a crescente demanda de energia no país e a necessidade por infra-estrutura de geração sustentaram essa premissa.

Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital. O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. A taxa de desconto é uma taxa após os impostos estimada com base na experiência da administração com os ativos desta UGC (unidade geradora de caixa), e na média ponderada do custo de capital da indústria em que a mesma atua, a qual foi calculada com base em uma possível relação divida/patrimônio líquido de 70/30 a uma taxa de juros de mercado de 4,57%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

14. Intangível--Continuação

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, as taxas de crescimento e a margem bruta.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2012 foram:

Margem bruta 56% (R\$16.672.891)

Taxa de crescimento IPCA
Taxa de desconto 8,03% a.a.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2011 foram:

Margem bruta 61% (R\$17.263.126)

Taxa de crescimento IPCA
Taxa de desconto 12% a.a.

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da Administração, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

a) Controlador

O controle da Companhia é exercido pelo Sr. Eike Fuhrken Batista, que detém, direta e indiretamente, 53,91% das ações ordinárias.

b) Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria de acordo com as atribuições e poderes conferidos pelo seu Estatuto Social à luz da legislação societária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Partes relacionadas--Continuação

c) Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: EBX Holding Ltda., OGX Petróleo e Gás Participações S.A., LLX Logística S.A., MMX Mineração e Metálicos S.A., OSX Brasil S.A., OMX Operações Marítimas Ltda., CCX Brasil Participações S.A., MMX Chile S.A., LLX Açú Operações Portuárias S.A. e AVX Táxi Aéreo Ltda., bem como suas controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo					
	Contro	oladora	Consc	lidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		
MPX Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	1.108	332	_	_		
Termopantanal Ltda. (b)	7.683	7.683	-			
Termopantanal Ltda. (b)	(7.453)	(7.453)	_	_		
Termopantanal Participações Ltda. (b)	457	457	_	_		
MPX Comercializadora de Energia S.A. (g)	175	408	88	_		
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. (h)	2.641	2.774	-	_		
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. (i)	374.965	1.399	_	_		
MMX Chile S.A. (c)	-	-	_	999		
OMX Operações Marítimas Ltda.	-	-	6.895	4.642		
UTE MPX Sul Energia S.A. (I)	95	46	40	-		
UTE Porto do Açú Energia S.A. (I)	251	136	82	_		
MPX Tauá Energia Solar Ltda. (I)	-	234	-	-		
MPX Solar Empreendimentos Ltda. (I)	-	13	-	-		
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A. (n)	302	22.805	-	-		
MPX Comercializadora de Combustível Ltda. (I)	95	355	48	-		
Seival Participações S.A. (I)	66	14	2	-		
EBX Holding Ltda. (c)	1.134	1.134	1.134	1.134		
LLX Logística S.A. (I)	-	631	-	631		
MMX Mineração e Metálicos S.A. (k)	-	579	-	579		
OGX Petróleo e Gás S.A. (I)	-	229	-	229		
OSX Brasil S.A. (I)	-	222	-	222		
Pecém Operação e Manutenção Elétrica S.A. (m)	1.438	680	359	-		
MPX E.ON Participações S.A. (I)	6.111	-	3.056	-		
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (p)	133.489	-	-	-		
REX Chile S.A.	-	-	512	-		
MPX Energias Renováveis Ltda.	-	-	10	-		
CGX	-	-	23	-		
MPX Desebvolvimento	908	-	-	-		
Seival Sul Mineração Ltda.	10	-	-	-		
Parnaíba Participações S.A.	-	-	414	-		
UTE Porto do Açu II Energia S.A.	-	-	3	-		
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital para						
controladas (j)	419.426	162.758		-		
	942.900	195.436	12.666	8.436		
Circulante	_	-	-	-		
Não circulante	942.900	195.436	12.666	8.436		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Partes relacionadas--Continuação

c) Empresas ligadas--Continuação

		Pas	sivo			
	Contro	oladora	Consc	olidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		
EBX Holding Ltda. (c)	2.664	3.195	4.157	3.397		
MPX Comercializadora de Energia Ltda. (g)	1.116	725	12.314	-		
Copelmi Mineração Ltda. (f)	-	-	14	7		
Seival Participações S.A.	-	2	(55)	-		
MMX Chile S.A. (c)	-	-	1	3		
EDP - Energias do Brasil	-	-	215	340		
LLX Açú Operações Portuárias S.A. (d)	-	-	222	275		
AVX Táxi Aéreo Ltda.	-	15	-	15		
DD Brasil (E.ON)	-	-	3.462	-		
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	-	-	68	-		
MPX E.ON Participações S.A.	2.376	-	2.097	-		
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	367	-	184	-		
	6.523	3.937	22.679	4.037		
Circulante	6.523	3.934	22.464	3.697		
Não circulante	-	3	215	340		
	Resultado					
	Contro	oladora	Consc	olidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		
Amapari Energia S.A. (a)	-	714	_	-		
Termopantanal Participações Ltda. (b)	-	4	-	-		
EBX Holding Ltda. (c)	(27.932)	(23.914)	(34.682)	(28.201)		
LLX Acu Operações Portuárias S.A. (d)	`	` 631 [′]	`	(2 573)		

	Contro	Diadora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Amapari Energia S.A. (a)	_	714	_	_	
Termopantanal Participações Ltda. (b)	_	4	_	_	
EBX Holding Ltda. (c)	(27.932)	(23.914)	(34.682)	(28.201)	
LLX Açu Operações Portuárias S.A. (d)	(27.002)	631	(04.002)	(2.573)	
MPX Pecem II Geração de Energia S.A. (e)	1,364	4.945	_	(2.575)	
Petra Energia S.A.	-	69	_		
MPX Comercializadora de Energia S.A. (g)	(12.134)	(7.277)	_	_	
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. (h)	3.228	9.622	_	_	
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. (i)	19.619	4.248	_	_	
MMX Mineração e Metálicos S.A. (k)	87	579	87	579	
OGX Petróleo e Gás Ltda. (I)	343	554	343	554	
OSX Brasil S.A. (I)	170	539	170	539	
LLX Logística S.A. (I)	148	000	148	000	
UTE MPX Sul Energia S.A. (I)	53	46		_	
UTE Porto do Açú Energia S.A. (I)	291	136	_	_	
MPX Tauá Energia Solar Ltda. (I)		234	_	_	
MPX Solar Empreendimentos Ltda. (I)	(246)	12	_		
MPX Comercializadora de Combustível Ltda. (I)	348	355	_	_	
Seival Participações S.A. (I)	75	14	_	_	
Pecém Operação e Manutenção Elétrica S.A. (m)	76	6	_	_	
UTE Parnaíba II Geração (n)	897	-	_	_	
Parnaíba Participações (o)	32	_	_	_	
MPX E.ON Participações S.A. (I)	2.513	_	_	_	
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (p)	1.290	_	_	_	
MPX Desenvolvimento S.A.(q)	87	_	_	_	
Seival Sul Mineração(r)	10			-	
Total	(9.681)	(8.483)	(33.934)	(29.102)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Partes relacionadas--Continuação

- c) Empresas ligadas--Continuação
 - (a) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (140% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. Esse contrato foi liquidado em 16 de setembro de 2011.
 - (b) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (101% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. A MPX Energia S.A. constituiu provisão de R\$7.453 para perda de investimento em sua participação de 66,67% na Termopantanal Participações Ltda.
 - (c) A Companhia e suas controladas mantêm contratos de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com as empresas EBX Holding S.A. e MMX Chile S.A., com cobranças mensais através de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2012, o efeito no resultado é de R\$34.682 (R\$28.201 em 31 de dezembro de 2011).
 - (d) Contrato de locação de uma área de até 224,38 hectares, localizada na área do Porto do Açu, entre LLX Açu Operações Portuárias S.A., figurando como locadora, e a UTE Porto do Açu Energia S.A. como locatária. O valor original do contrato é de 0,34045 por m² por mês, a unidade monetária utilizada é o real e o prazo é de 35 anos (renováveis) da data de autorização a ser concedida à UTE ou sua controladora.
 - (e) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2012, o efeito no resultado é de R\$1.364.
 - (f) Ressarcimento de custos administrativos referentes a 30% de participação da Copelmi Mineração Ltda. no capital social da Seival Sul Mineração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Partes relacionadas -- Continuação

- c) Empresas ligadas--Continuação
 - (g) O saldo é composto por: (i) receita de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a MPX Energia S.A. com cobranças mensais através de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2012 o efeito em resultado é de R\$223; (ii) despesas de ressarcimento de perdas financeiras decorrentes das operações de compra e venda de energia, no total de R\$12.357.
 - (h) O saldo é composto por receita de ressarcimento de custos relativos a estudos de viabilidade. Em 31 de dezembro de 2012, o efeito no resultado é de R\$3.228.
 - (i) O saldo é composto por: (i) receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2012, o efeito no resultado é de R\$3.180 (ii) contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante), celebrado em 31 de julho de 2012 sujeito a juros mensais de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento de 1 (um) dia após o pagamento integral pela mutuante do valor total do contrato. O efeito no resultado é de R\$16.439.
 - (j) A Companhia reclassificou, do grupo de investimentos para o ativo não circulante, os adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs) em suas controladas, os quais são irrevogáveis e irretratáveis, não sendo, entretanto, definido valor fixo de quantidade de ações/quotas para aumento de capital, não atendendo assim aos requerimentos do CPC 38. Os seguintes AFACs estão em aberto em 31 de dezembro de 2012, com as empresas indicadas:

Controladas	31/12/2012	31/12/2011		
Porto do Açu Energia S.A.	-	10.360		
MPX Sul Energia Ltda.	-	3.310		
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	-	250		
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	241.000	148.837		
Parnaíba Participações S.A.	12.426	-		
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	166.000	-		
	419.426	162.757		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Partes relacionadas--Continuação

- c) <u>Empresas ligadas</u>--Continuação
 - (k) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2012, o efeito no resultado é de R\$ 87.
 - A MPX Energia S.A. e a MMX Mineração e Metálicos S.A. concluíram, em 12 de setembro de 2011, as negociações para fornecimento de energia elétrica, totalizando 200 MW médios, e firmaram um Termo de Compromisso para a adoção da estrutura de autoprodução, pendente ainda da obtenção das devidas autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O acordo garante fornecimento de energia pelo prazo de 15 anos, iniciando-se em janeiro de 2019.
 - (I) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos.
 - (m) Contrato de mútuo celebrado, em dezembro 2011, com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (110% do CDI) e com prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, o efeito no resultado é de R\$ 76.
 - (n) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2012, o efeito no resultado é de R\$ 897.
 - (o) Contrato de mútuo celebrado e liquidado, em maio 2012, com a MPX Energia S.A. (mutuante) para financiamento da compra das opções de outorga do projeto Nova Venécia, conforme nota explicativa nº 14. Em 31 de dezembro de 2012, o efeito no resultado é de R\$ 32.
 - (p) Contrato de mútuo celebrado, em 24 de setembro de 2012, com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (105% do CDI) e com prazo de vencimento de 1 (um) dia após pagamento integral pela mutuante do valor total do contrato. Em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 1.290.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Partes relacionadas--Continuação

- c) Empresas ligadas--Continuação
 - (q) Contrato de mútuo celebrado, em 26 de novembro de 2012, com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento de 1 (um) dia após pagamento integral pela mutuante do valor total do contrato. Em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 87.
 - (r) O saldo é composto por receita de ressarcimento de custos relativos a gestão do projeto. Em 31 de dezembro de 2012, o efeito no resultado é de R\$ 10.

d) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Desta forma os montantes referentes à remuneração anual dos Diretores e do Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	Contro	oladora	Consolidado			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		
Benefícios de curto prazo						
Salários	5.470	4.626	9.698	10.480		
Opção de ações outorgadas	321.904	209.804	321.904	209.804		
	327.374	214.430	331.602	220.284		

Abaixo os montantes de remuneração anual individual mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretores, em R\$:

	Consolidado									
		31/12/2012		31/12/2011						
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima				
Conselho Administração	70.000	91.666	180.000	5.000	58.613	180.000				
Diretores	235.316	746.905	1.405.063	698.570	796.211	1.100.458				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

16. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a composição dos empréstimos junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

							Consolidado									
					31/12/12					31/12/11						
Empresa	Credor		Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Taxa efetiva	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Itaqui	BNDES (Direto)	(a)	R\$	TJLP+2.78%	15/06/26	2.89%	11.182	10.541	898.472	2.772	890.703	11.204	11.087	868,996	3,256	861.165
Itaqui	BNB	(b)	R\$	10.00%	15/12/26	10.14%	2.892	2.816	202.322	859	200.365	2.948	2.917	202.755	861	200.699
Itaqui	BNDES (Indireto)	(c)	R\$	IPCA + TR BNDES+ 4.8%	15/06/26	4.94%	1.475	1.475	111.299	31.378	141.202	1.358	1.344	114,470	581	113.707
Itaqui	BNDES (Indireto)	(d)	R\$	TJLP+4.8%	15/06/26	4.94%	2.023	2.000	175.016	669	173.685	2.062	2.040	172,279	787	171.026
Pecemi	BNDES (Direto)	(e)	R\$	TJLP+2.77%	15/06/26	TJLP + 3.11%	8.461	5.644	799.685	2.475	796.516	8.437	6.428	735.867	2.689	732.128
Pecemi	BID	(f)	US\$	LIBOR+3.5%	15/05/26	Libor + 4.52%	8.705	6.196	143.974	740	138.518	8.052	6.265	134.856	717	129.308
Peceml	BID	(g)	US\$	LIBOR+3.0%	15/05/22	Libor + 4,02%	8.814	6.001	173,716	782	168.498	8.013	6.239	165.073	772	159.606
Colombia	Banco Santander	(h)	US\$	LIBOR+2,0%	05/07/12	LIDOI + 4,0270	0.014	0.001	173.710	702	100.430	0.013	0.233	45.957	639	46.596
Pecemil	BNDES (Direto)	(i)	R\$	TJLP+2.18%	15/06/27	7.67%	7.803	6.854	695.027	2.002	690.175	7.803	7.316	579.717	2.029	574.430
Pecemii	BNDES (Direto)	Ö	R\$	IPCA+ TR BNDES + 2.18%	15/06/27	9.63%	1.740	1.482	124,439	25.814	148.772	1.740	1.660	117.886	11.749	127.975
MPX S/A	Banco Itaú BBA	(k)	R\$	CDI+2.85%	17/06/13	0,0070	1.7-10	1.402	105,790	368	106.158	1.7-10	1.000	105.790	495	106.285
Pecemil	BNB	(I)	R\$	10.00%	31/01/28	8.50%	4.164	3.773	235.000	3.826	235.053	4.139	4.007	235.000	3.826	234.819
Colombia	Banco de Bogotá	(m)	COP	DTF (TA)+2,23%	03/07/12	0,5070	4.104	3.773	255.000	3.020	200.000	4.155	4.007	44.849	821	45.670
Colombia	Banco HSBC	(n)	US\$	LIBOR+2.0%	13/04/12	_				_	_	_		67.004	8	67.012
Colombia	Banco de Bogotá	(0)	US\$	LIBOR+2,0%	13/06/12									46.895	709	47.604
Chile	Banco Credit Suisse	(p)	US\$	8.13%	15/04/15				23.023	400	23,423			28.137	536	28.673
Chile	Banco Credit Suisse	(p)	US\$	8.00%	15/04/15	-	-		15.349	263	15.612	-	-	18.758	358	19.116
Colombia	Banco de Bogotá	(q) (r)	US\$	LIBOR+3.5%	19/12/12			- 1	13.349	203	13.612			46.895	67	46.962
Colombia	Banco HSBC	(s)	US\$	LIBOR+3.5%	18/06/12			- 1		-	-			28.137	37	28.174
Parnaíba I	BRADESCO	(t)	R\$	CDI+3,00%	26/06/13	4.49%	4.593	1.571	60,000	5.634	64.063			75.000	127	75.127
Parnaíba I	Banco Itaú BBA	(u)	R\$	CDI+3,00%	26/06/13	6.22%	8.917	4.646	65,000	7.675	68.029	-		125.000	212	125.212
Parnaiba I	BNDES (Direto)	(u) (v)	R\$	TJLP+2.80%	15/03/13	6,22%	8.917	4.646	00.000	7.075	68.029			242,729	212	242.957
Parnaíba I	BNDES (Direto)	(v)	R\$	IPCA + TR BNDES + 2,8%	15/03/13			- :		-	-			157.382	118	157.500
Parnaiba I	BNDES (Direto)	(w)	R\$	TJLP+1.88%	15/03/13	1.93%	2.998	2.998	495,676	392	493.070			157.382	118	157.500
Parnaíba I	BNDES (Direto)		R\$	IPCA + TR BNDES + 1,88%	15/07/26	1,93%	1.236	1.236	204.388	38	203.190			-		
Parnaíba I	Banco Santander	(y) (z)	R\$	CDI+3.00%	26/06/13	1,9376	1.230	1.230	204.300	30	203.190			-		-
Colombia	Banco Santander Banco HSBC	(z) (aa)	US\$	LIBOR+2,65%	14/08/12											
Parnaíba II	Banco HSBC Banco Itaú BBA	(bb)	R\$	CDI+3,00%	30/09/13				100.000	8.189	108.189					
Parnaíba II Parnaíba II	Banco HSBC CFF	(cc)	R\$ R\$	CDI+3,00% CDI+3.00%	30/09/13 07/11/13	-	-	-	125.000 325.000	10.236 21.523	135.236 346.523	-	-	-		-
MPX S/A	Banco BTG Pactual		R\$		15/07/13	-	-	-	200.000	7.730	207.730	-	-	-		-
		(ee)		CDI+1,50%												
MPX S/A	Banco Santander	(ee)	R\$ R\$	CDI+1,50%	15/07/13	-	-	-	100.000	3.865	103.865	-	-	-		-
MPX S/A	Banco Citibank	(ff)	US\$	CDI+1,15%	27/09/13	-	-	-	101.250	2.042	103.292	-	-	-		-
MPX S/A MPX S/A	Banco Citibank Banco BTG Pactual	(gg)	R\$	LIBOR 3M + 1,26% CDI+1.50%	27/09/17 09/12/13				102.175 100.000	18 335	102.193 100.335					
		(hh)														
MPX S/A	Banco Morgan Stanley	(hh)	R\$	CDI+1,50%	09/12/13	-	-	-	100.000	335	100.335	-	-	-		-
MPX S/A	Banco Citibank	(hh)	R\$	CDI+1,50%	09/12/13	-	-	-	100.000	335	100.335	-	-	-		-
MPX S/A	Banco BTG Pactual	(ii)	R\$	CDI+1,50%	13/12/13	-			101.912	372	102.284					
							75.003	57.233	5.983.516	141.066	6.067.349	55.756	49.303	4.359.432	31.622	4.341.751
								Custo a apropriar	Principal	Juros	Total		Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
	Circulante								1.809.781	115.213	1.915.402		-	1.020.230	10.457	1.030.687
	Não circulante							47.640	4.173.735	25.852	4.151.947		49.303	3.339.202	21.165	3.311.064

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

- (a) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") liberou a totalidade dos R\$784 milhões do financiamento de longo prazo da UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. relativos aos subcréditos A, B e C, sendo o custo anual contratado de TJLP + 2,78%. O prazo do financiamento é de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Já o subcrédito D, destinado a investimentos sociais (BNDES Social) no valor de R\$13,7 milhões, tem custo somente de TJLP e teve desembolso de R\$11,7 milhões até o momento, dos quais R\$1,7 milhões foram liberados no quarto trimestre de 2012. O prazo total da linha BNDES Social é de 9 anos, sendo 6 anos de amortização e carência de pagamento até julho de 2012. Durante a fase de construção os juros destes empréstimos estão sendo capitalizados.
- (b) Em complementação ao financiamento do BNDES, a UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. conta com um empréstimo do BNB-FNE, no montante total de R\$203 milhões, o qual teve sua última parcela desembolsada em 28 de julho de 2011, totalizando o valor contratado. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012, com um custo anual de 10%. O financiamento prevê um bônus de adimplência (15%), com a consequente redução do custo para 8,5% ao ano.
- (c) Desta linha do BNDES indireto que tem os bancos Bradesco e Votorantim como agentes, foram repassados R\$99 milhões a UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., relativos aos subcréditos A, B, C, D e E. Esta parte do empréstimo tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa Referência BNDES + 4,8% durante a fase de construção e de IPCA + Taxa Referência BNDES + 5,3% durante a fase de operação. Durante a fase de construção, os juros destes empréstimos estão sendo capitalizados.
- (d) Todo o subcrédito F, do mesmo empréstimo do item anterior e que corresponde a R\$141,8 milhões, foi repassado à UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. Esta parte do empréstimo tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 4,80% durante a fase de construção e de TJLP + 5,30% durante a fase de operação. Durante a fase de construção os juros destes empréstimos serão capitalizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

- (e) O BNDES liberou até o fim de 2012 o montante de R\$1,40 bilhão do financiamento de longo prazo da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. O contrato de financiamento com o BNDES prevê um valor total de R\$1,41 bilhão (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 2,77%. Durante a fase de construção os juros estão sendo capitalizados. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A. na empresa.
- (f) Em complementação ao empréstimo direto do BNDES, a Porto do Pecém Geração de Energia S.A. conta com empréstimo direto do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), ("A *loan*") no montante de US\$147 milhões, dos quais foi desembolsado até o momento o total de US\$143,78 milhões (equivalente a R\$289.429 em 31 de dezembro de 2012). O "*A Loan*" tem custo anual de Libor + 3,5% e prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A.
- (g) Em complementação ao empréstimo direto do BNDES, Porto do Pecém Geração de Energia S.A. conta com empréstimo indireto do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), ("B loan") no montante de US\$180 milhões, dos quais foi desembolsado até o momento o total de US\$176 milhões (equivalente a R\$348.997 em 31 de dezembro de 2012). Os bancos repassadores são Grupo Banco Comercial Português, Calyon e Caixa Geral de Depósito. O "B Loan" tem custo anual de Libor + 3,0% e prazo total de 13 anos, sendo 10 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A.
- (h) Este empréstimo não faz mais parte da base contábil da MPX em função da cisão ocorrida, na qual os ativos e passivos da MPX Colombia foram transferidos para a CCX.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

- (i) A UTE MPX Pecém II recebeu até o fim de 2012 o montante de R\$598,9 milhões dos R\$627,3 milhões previstos nos subcréditos A, B, C, D e L do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção). Estes subcréditos têm prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2013. O custo anual contratado é de TJLP + 2,18%.
- (j) A UTE MPX Pecém II recebeu a liberação de R\$110,1 milhões, referentes a totalidade dos subcréditos E, F, G, H e I do mesmo contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES mencionado no item anterior. Estes subcréditos têm prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até junho de 2014. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa Referência BNDES + 2,18%. O subcrédito J de R\$22 milhões, que fazia parte desta linha de financiamento foi transferido em abril de 2012 para o subcrédito A do item anterior.
- (k) Em 17 de dezembro de 2012, a controladora MPX Energia S.A repactuou os R\$105,8 milhões de CCBs (Cédula de Crédito Bancário), com o Banco Itaú BBA S.A., pagando a totalidade dos juros devidos até esta data, passando o novo vencimento para 17 de junho de 2013 e mantendo os juros em 100% do CDI mais 2,85% ao ano.
- (I) Em complementação ao financiamento do BNDES, a MPX Pecém II Geração de Energia S.A. conta com um empréstimo do BNB com recursos do FNE, no montante total de R\$250 milhões, dos quais R\$235 milhões foram desembolsados até o momento. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, com juros trimestrais e 14 anos de amortização com carência para pagamento de principal até fevereiro de 2014, tendo um custo anual de 10%. O financiamento prevê um bônus de adimplência (15%), com a consequente redução do custo para 8,5% ao ano.
- (m) Este empréstimo não faz mais parte de base contábil da MPX em função da cisão ocorrida, na qual os ativos e passivos da MPX Colombia foram transferidos para a CCX.
- (n) Este empréstimo não faz mais parte de base contábil da MPX em função da cisão ocorrida, na qual os ativos e passivos da MPX Colombia foram transferidos para a CCX.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

- (o) Este empréstimo não faz mais parte de base contábil da MPX em função da cisão ocorrida, na qual os ativos e passivos da MPX Colombia foram transferidos para a CCX.
- (p) Em 13 de abril de 2011, a MPX Chile Holding Ltda. celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$15 milhões (equivalente a R\$31.231 em 31 de dezembro de 2012), sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8,13%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato será em 15 de abril de 2015. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 75% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da JV MPX-E.ON (MPX Participações S.A.) na Cia.
- (q) Em 29 de junho de 2011, a MPX Chile Holding Ltda. celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$10 milhões (equivalente a R\$20.815 em 31 de dezembro de 2012),sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato ocorrerá 15 de abril de 2015. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 75% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da JV MPX-E.ON na Cia.
- (r) Este empréstimo não faz mais parte de base contábil da MPX em função da cisão ocorrida, na qual os ativos e passivos da MPX Colombia foram transferidos para a CCX.
- (s) Este empréstimo não faz mais parte de base contábil da MPX em função da cisão ocorrida, na qual os ativos e passivos da MPX Colombia foram transferidos para a CCX.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (t) Em 27 de dezembro de 2011, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. captou R\$ 75 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o BRADESCO, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, que é para o financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos no final. Em 28 de fevereiro de 2012, foram desembolsados mais R\$ 75 milhões pelo banco nas mesmas condições do desembolso anterior. Em 28 de dezembro de 2012 foram liquidados R\$90 milhões de principal acrescidos dos juros devidos, quando da liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES descritos no itens (x) e (y).
- (u) Em 27 de dezembro de 2011, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. captou R\$ 125 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco Itaú BBA, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, que se destina ao financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos no final. Em dezembro de 2012 foram liquidados R\$60 milhões de principal acrescidos dos juros devidos, quando da liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES descritos no itens (x) e (y).
- (v) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em 28 de dezembro de 2011 a liberação de R\$242,7 milhões, referente ao do subcrédito C do contrato de empréstimo-ponte com o BNDES, que corresponde ao total previsto neste subcrédito (em R\$ nominais, excluindo juros durante a capitalização). O custo anual contratado é de TJLP + 2,8%. Este empréstimo-ponte foi totalmente liquidado em dezembro de 2012 quando da liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES descritos no itens (x) e (y).
- (w) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em 28 de dezembro de 2011 a liberação de R\$157,3 milhões, referentes aos subcréditos A e B do mesmo contrato de empréstimo ponte com o BNDES mencionado no item anterior. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa Referência BNDES + 2,8%. Este empréstimo-ponte foi totalmente liquidado em dezembro de 2012 quando da liberação do empréstimo de longo prazo BNDES descritos no itens (x) e (y).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (x) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em dezembro de 2012 a liberação de R\$495,6 milhões, referentes aos subcréditos B e C do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES de um total previsto de R\$671 milhões. Estes subcréditos serão amortizados em 168 parcelas mensais com início em 15 de julho de 2013, juntamente com os juros. O custo anual contratado é de TJLP + 1,88%.
- (y) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em dezembro de 2012 a liberação de R\$204,3 milhões, referentes a totalidade do subcrédito C do mesmo contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES mencionado no item anterior. Este subcrédito será amortizado em 13 parcelas anuais com início em 15 de julho de 2014, juntamente ao juros. O custo anual contratado é de IPCA + TR BNDES + 1,88%.
- (z) Em 28 de fevereiro de 2012, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. captou R\$ 150 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco Santander, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo, que é para o financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3%. Este empréstimo-ponte foi totalmente liquidado em dezembro de 2012 quando da liberação do empréstimo de longo prazo BNDES descritos no itens (x) e (y).
- (aa) Este empréstimo não faz mais parte de base contábil da MPX em função da cisão ocorrida, na qual os ativos e passivos da MPX Colombia foram transferidos para a CCX.
- (bb) Em 30 de março de 2012, a UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A. captou R\$ 100 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco Itaú BBA, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, que é para o financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 30 de setembro de 2013 com principal e juros pagos no final.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (cc) Em 30 de março de 2012, a UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A. captou R\$ 125 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco HSBC, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, destinado ao financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 30 de setembro de 2013 com principal e juros pagos no final.
- (dd) Em 7 de maio de 2012, a UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A. celebrou um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) de R\$ 325 milhões com a Caixa Econômica Federal, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, para o financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III, foi desembolsado em uma tranche de R\$125 milhões e duas de R\$ 100 milhões, nos dias 08 de maio de 2012, 15 de maio de 2012 e 30 de maio de 2012, respectivamente, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 7 de novembro de 2013 com principal e juros pagos no final.
- (ee) Em 18 de Julho de 2012, a MPX Energia S.A. realizou a distribuição pública de 300 notas promissórias comerciais, em série única, no valor nominal unitário de R\$1 milhão, perfazendo o valor total de R\$ 300 milhões, com vencimento em 360 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,5% a.a. Os bancos BTG Pactual e Santander, coordenadores da oferta, adquiriram, respectivamente, o equivalente a R\$200 milhões e R\$100 milhões das notas promissória emitidas.
- (ff) Em 27 de setembro de 2012, a controladora MPX Energia S.A. emitiu junto ao Banco Citibank S.A. uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 101,2 milhões com vencimento em 27 de setembro de 2013. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 1,15% ao ano e serão pagos no vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (gg) Em 27 de setembro de 2012, a controladora MPX Energia S.A obteve empréstimo junto ao Banco Citibank S.A através da celebração de Credit Agreement, nos termos da Resolução 4.131 do BACEN, num montante de US\$ 50 milhões (equivalente a R\$101,5 milhões). Os juros incidentes nessa captação são de Libor + 1,26% a.a. e serão pagos trimestralmente. O principal será pago semestralmente com carência até 26 de setembro de 2014 e término do contrato em 27 de setembro de 2017. Para se proteger da variação cambial sobre essa captação a MPX Energia S.A. contratou junto ao próprio Citibank uma operação de *swap*. Vide Nota Explicativa 19.
- (hh) Em 14 de dezembro de 2012, a MPX Energia S.A. realizou a distribuição pública de 300 notas promissórias comerciais, em série única, no valor nominal unitário de R\$1 milhão, perfazendo o valor total de R\$ 300 milhões, com vencimento em 360 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,5% a.a. Os bancos BTG Pactual, Morgan Stanley e Citibank, coordenadores da oferta, adquiriram, respectivamente, o equivalente a R\$100 milhões das notas promissória emitidas, cada um.
- (ii) Em 13 de dezembro de 2012, a controladora MPX Energia S.A. emitiu junto ao Banco BTG Pactual uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 101,9 milhões com vencimento em 13 de dezembro de 2013. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 1,50% ao ano e serão pagos no vencimento.

Covenants financeiros

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas investidas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns deles incluem cláusulas específicas de *covenants* financeiros.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A., UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., e UTE Parnaíba Geração de Energia S.A., contêm especificações de índices (índice de cobertura do serviço da dívida) mínimos que visam medir a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Covenants financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos estavam atendidos.

Alguns contratos de financiamento possuem também cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2012 se encontram integralmente atendidas.

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações;
- ► Obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas:
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- ▶ Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Covenants financeiros--Continuação

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	_Consolidado
Ano de vencimento	
2014	333.064
2015	315.386
2016	314.262
2017 até o último vencimento	3.189.235
	4.151.947

Não foram identificadas situações de descumprimento de cláusulas de covenants financeiros e não financeiros até 31 de dezembro de 2012.

17. Debêntures

Em 15 de junho de 2011 a MPX Energia S.A. emitiu 21.735.744 debêntures, no valor unitário de R\$63,00 (sessenta e três reais), totalizando R\$1,376 bilhão. Estas debêntures são escriturais, nominativas e conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo assim caracterizado um contrato híbrido (combinado). O prazo de vencimento será de 3 anos finalizando em 15 de junho de 2014, serão atualizadas pelo IPCA mais uma taxa de remuneração de 4% ao ano, exigida anualmente a partir de 15 de junho de 2012. Em 24 de maio de 2012, 21.663.033 debêntures foram convertidas em 33.269.948 ações gerando um aumento de capital de R\$ 1.430.607.764,00. Este aumento mediante conversão da quase totalidade das debêntures foi ocasionado pela reestruturação societária da MPX Energia S.A., conforme descrito na Nota 1.

Como componentes do contrato híbrido, existem dois derivativos embutidos, além de um contrato principal não-derivativo. Os derivativos contidos em contrato são baseados em opções. Desta forma, a Administração optou por separar os instrumentos financeiros derivativos de seu contrato principal de acordo com os termos expressos na característica de cada opção. O contrato principal não-derivativo é mantido na categoria de Empréstimos e recebíveis, cuja mensuração subsequente se dá ao custo amortizado. A quantia escriturada inicial do instrumento principal é a quantia residual depois de separar cada derivativo embutido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

17. Debêntures--Continuação

Os instrumentos financeiros derivativos segregados são:

- a) Opção de compra ("CALL") em que cada debênture poderá ser convertida, de maneira isolada e a livre critério de seu titular, e a qualquer momento, pelos debenturistas até a data de vencimento das debêntures, por meio de uma solicitação de conversão enviada à emissora, por uma quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia resultante da divisão entre seu valor nominal atualizado, na data de conversão das debêntures, e o preço fixo de R\$43,00 (quarenta e três reais) ("preço de exercício da opção de compra") por ação.
- b) Opção de venda com barreira ("PUT") em que a condição para conversão, a critério da emissora, ocorrerá quando o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia, calculado com base no preço médio ponderado pelo volume das referidas ações ordinárias nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de tal verificação, alcançar valor igual ou superior a 140% do preço de conversão ("preço de barreira").

O valor justo das opções foi determinado a partir de modelos de apreçamento de opções. Para a opção de compra ("CALL") a determinação do valor justo foi extraída a partir de uma adaptação do modelo de precificação de opções Black and Scholes com pagamento de dividendos. Para a opção de venda com barreira ("PUT") a determinação do valor justo foi extraída a partir de um modelo de apreçamento de opções flexíveis ("com barreira").

O valor justo de instrumento financeiro no reconhecimento inicial, em 15 de junho de 2011, é o preço da transação e para 31 de dezembro de 2012, foi reconhecido o valor justo dos derivativos mencionados acima gerando um ganho de R\$62.482, refletindo a variação no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

18. Impostos e contribuições a recolher

	Contro	oladora	Consc	lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	_	-	293	2.422
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL		-	500	2.293
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	56	38	31	1.605
ICMS	37	-	1.996	145
PIS, COFINS, IRRF e CSL	40	33	4.737	618
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	14	-	7	-
IVA (Chile/Áustria)	-	-	-	8.884
Outros	255	29	3.811	2.294
Circulante	402	100	11.375	18.261

Em 31 de dezembro de 2012, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2012	Consolidado 31/12/2012
Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL Alíquota nominal	(460.921) 34%	(549.090) 34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(156.713)	(186.691)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva Resultado de equivalência patrimonial Provisão para passivo a descoberto Doações Provisão para liquidação de <i>hedge</i> Ajuste - Opções de ações outorgadas Outros Ajuste RTT - IR diferido Baixa Ativo Diferido Fiscal Cisão CCX Resultado empresas exterior (Áustria e Chile)	78.241 4.883 867 5.532 16.075 - - 25.395	- 867 5.532 16.075 13.532 6.058 25.395 4.594
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente		2.289
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25.720)	(116.927)
Total do efeito do imposto no resultado	(25.720)	(114.638)
Alíquota efetiva	5,58%	20,88%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

18. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2011
Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL	(477.825) 34%	(539.470)
Alíquota nominal IRPJ/CSLL à alíquota nominal	162.461	34% 183.420
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva Resultado de equivalência patrimonial	(74.276)	-
Provisão para passivo a descoberto Doações não dedutíveis	(9.442) (281)	(281)
Provisão para liquidação de <i>hedge</i> Ajuste - Opções de ações outorgadas	8.073 (17.263)	8.073 (17.263)
Ajuste RTT - IR diferido Outros	- -	(1.820) (4.826)
Resultado empresas exterior (Áustria e Chile)		(29.697)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente		(4.866)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.272	142.473
Total do efeito do imposto no resultado	69.272	137.606
Alíquota efetiva	(14,50%)	(25,51%)

Em 31 de dezembro de 2012, a base de cálculo para apuração de imposto de renda e contribuição social a recolher foi deduzida das despesas pré-operacionais, conforme Solução de Divergência nº 32 de 21 de julho de 2008 da Receita Federal, gerando base negativa, e consequentemente as controladas não constituem provisão para estes tributos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco revisada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais, em 31 dedezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão apresentadas a seguir:

	Controladora						
		31/12/2012	!		31/12/2011		
	Valor	Custo		Valor	Custo		
Instrumentos financeiros	justo	amort.	Total	justo	amort.	Total	
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	206.263	-	206.263	960.258	-	960.258	
Ganhos em operações com derivativos	3.018	-	3.018	19.289	-	19.289	
Depósito vinculado	-	102.684	102.684	-	56.727	56.727	
Mútuo com controladas	-	505.976	505.976	-	24.173	24.173	
Contas a receber com outras pessoas							
ligadas	-	1.134	1.134	-	2.796	2.796	
Contas a receber com controladas	-	16.364	16.364	-	5.710	5.710	
AFAC - com controladas	-	419.426	419.426	-	162.757	162.757	
Derivativos embutidos	479	-	479	-	-	-	
Passivos							
Fornecedores	-	3.849	3.849	-	1.298	1.298	
Empréstimos e financiamentos	-	1.026.527	1.026.527	-	106.286	106.286	
Debêntures	-	5.065	5.065	-	1.433.615	1.433.615	
Derivativos embutidos	-	-	-	62.003	-	62.003	
Débitos com controladas	-	3.859	3.859	-	724	724	
Débitos com outras partes							
relacionadas	-	2.664	2.664	-	3.213	3.213	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Consolidado							
		31/12/2012			31/12/2011		
	Valor	Custo		Valor	Custo		
Instrumentos financeiros	justo	amort.	Total	justo	amort.	Total	
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	590.469	-	590.469	1.442.415	-	1.442.415	
Títulos e valores mobiliários	3.441	-	3.441	9.437	-	9.437	
Contas a receber	-	152.114	152.114	-	21.898	21.898	
Ganhos em operações com derivativos	3.018	-	3.018	19.289	-	19.289	
Subsídio a receber CCC	-	42.178	42.178	-	29.445	29.445	
Depósitos vinculados	-	141.954	141.954	-	124.315	124.315	
Mútuo com controladas	-	359	359	-	-	-	
Contas a receber com outras pessoas							
ligadas	-	8.575	8.575	-	8.436	8.436	
Contas a receber com controladas	-	3.732	3.732	-	-	-	
Derivativos embutidos	479	-	479	-	-	-	
Passivos							
Fornecedores	-	228.638	228.638	-	186.680	186.680	
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	5.745.427	5.745.427	-	3.768.700	3.768.700	
Empréstimos e financiamentos em US\$	-	321.922	321.922	-	573.050	573.050	
Debêntures	-	5.065	5.065	-	1.433.615	1.433.615	
Derivativos embutidos	-	-	-	62.003	-	62.003	
Débitos com controladas	-	14.659	14.659	-	-	-	
Débitos com pessoas ligadas	-	4.613	4.613	-	4.037	4.037	
Débitos com controladoras	-	3.407	3.407	-	-	-	
Perdas em operações com derivativos	206.498	-	206.498	243.431	-	243.431	
Retenções contratuais	-	133.935	133.935	-	180.497	180.497	

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo). Aqueles cujo valor contábil apresenta diferença significativa em relação ao valor de mercado são apresentados na nota seguinte sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.1. Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. As contas cujo valor justo difere do valor contábil estão especificadas a seguir. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

	Hierarquia de valo	Hierarquia de valor justo dos instrumentos derivativos				
	Preços	Precificação	Precificação			
Instrumentos financeiros	observáveis em mercado ativo (Nível I)	com preços observáveis (Nível II)	sem preços observáveis (Nível III)			
Aplicações financeiras	_	-	_			
Empréstimos e financiamentos	-	(6.512.580)	-			
Instrumentos derivativos		(203.480)				
Saldo em 31/12/2012		(6.716.060)				

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

19.2.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*) é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) e obedece a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até 01 ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.2. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

19.2.2.1. Valor de referência e valor justo dos instrumentos derivativos

Contrato a termo de moeda - compra de dólar norte-americano

		Consolidado					
			31/12	/2012		31/12/	2011
	Prazo médio (dc 365)	Valor referência	Ativo	MtM Passivo	Líguido	Valor referência (USD)	MtM liquido
MPX Energia Posição comprada USD	(40 505)	Tererenda	Auvo	1 433140	Liquido	(000)	пqипио
Goldman Sachs	2	\$10.963	735	-	735	\$92.075	12.012
Morgan Stanley	39	\$8.524	1.443	-	1.443	\$48.640	7.277
Total USD		\$19.487	2.178	-	2.178	\$140.715	19.289
MPX PECEM II Posição comprada USD Citibank Total USD	60		<u>-</u>	<u>-</u> -	<u>-</u> -	\$1.243 \$1.243	(285) (285)
Porto do Pecém Posição comprada USD BTG Pactual Citibank Goldman Sachs	809 757 612	\$72.392 \$54.784 \$31.795	- - -	(2.413) (1.713) (807)	(2.413) (1.713) (807)	\$163.500 -	(69.017)
Total USD		\$158.971	-	(4.933)	(4.933)	\$163.500	(69.017)
Total consolidado			2.178	(4.933)	(2.755)		(50.013)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.2. Risco de mercado--Continuação

19.2.2.1. Valor de referência e valor justo dos instrumentos derivativos --Continuação

Contrato de swap de taxa de juros

		Consolidado					
			31/1:	2/2012		31/12	/2011
	Prazo médio	Valor	A.:	MtM	14. 11.	Valor referência	MtM
	(dc 365)	referência	Ativo	Passivo	Líquido	(USD)	liquido
Porto do Itaqui <i>Swap</i> Libor x Prefixada							
Citibank	1.957	\$220.776	451.885	569.633	(117.748)	\$228.652	(101.606)
Total swap		\$220.776	451.885	569.633	(117.748)	\$228.652	(101.606)
Porto do Pecém Swap Libor x Prefixada Citibank	1.957	\$157.827	323.040	406.858	(83.818)	\$163.500	(72.349)
Total swap		\$157.827	323.040	406.858	(83.818)	\$163.500	(72.349)
MPX Energia Swap Libor x DI Citibank Total swap	909	101.250 101.250	103.013 103.013	102.173 102.173	840 840		<u>-</u>
Total consolidado		=	877.938	1.078.664	(200.726)	;	(173.955)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.2. Risco de mercado--Continuação

19.2.2.2. Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia.

a) Gerenciamento de risco

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas da MPX S.A. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos são utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

b) Operações protegidas por instrumentos derivativos

Investimento em ativo fixo (capex)

Tendo em vista que a receita das empresas MPX será lastreada em reais e grande parte dos investimentos em ativo fixo (*capex*) é denominada em dólar americano e em euro, uma parcela dos investimentos em moeda estrangeira será financiada em dólar e com juros internacionais (Libor). Além disso, a matéria prima para as térmicas (carvão - combustível) tem a formação do seu preço no mercado internacional, em dólar. Nesse contexto, o nível de exposição dos ativos e passivos será permanentemente avaliado frente às possíveis necessidades de proteção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

- 19.2.2. Risco de mercado--Continuação
 - 19.2.2.2. Risco cambial--Continuação
 - b) Operações protegidas por instrumentos derivativos -- Continuação

Investimento em ativo fixo (capex)--Continuação

A Companhia e suas controladas detiveram ao longo do primeiro semestre operações de proteção com instrumentos do tipo NDF (Non Deliverable Forward), que consiste na negociação a termo sem entrega física de moeda para amenizar o impacto dos descasamentos cambiais. O volume de proteção contratado é um espelho dos fluxos de pagamento do contrato de origem. Para esse tipo de operação não há exigência de margem de garantia. A MPX Energia tem operação de proteção do capex da UTE Parnaíba denominado em dólar. O valor referencial de início da operação foi de aproximadamente \$117 milhões na moeda base e o valor remanescente em 31 de dezembro da ordem de \$19,8 milhões.

Empréstimo denominado em dólares na UTE Porto do Pecém

Contabilidade de hedge (hedge accounting)

A Energia Pecém possui investimento em *capex* (construção da UTE) que será realizado na proporção de 75% com financiamento de longo prazo, parte em dólares norteamericanos, e 25% com capital próprio. Em 10 de julho de 2009, foram assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") os contratos de financiamento de longo prazo. Com vista ao financiamento do capex no período anterior a 10 de julho de 2009, fez-se necessária a contratação de empréstimo-ponte junto ao Citibank, o qual foi quitado com os recursos provenientes dos referidos contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.2. Risco de mercado--Continuação

19.2.2.2. Risco cambial--Continuação

b) Operações protegidas por instrumentos derivativos--Continuação

Empréstimo denominado em dólar na UTE Porto do Pecém --Continuação

► Contabilidade de hedge (hedge accounting)--Continuação

Considerando o fato de que grande parte do investimento é denominada em dólares norte-americanos e em euros e que suas receitas futuras serão lastreadas em reais, foram contratados instrumentos derivativos para fins de proteção patrimonial. Em 1º de abril de 2009, a Companhia adotou metodologia de contabilização de *hedge* tendo como item objeto de *hedge* a variação cambial dos financiamentos em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é uma NDF com vencimento até maio de 2015 com valor nocional de US\$327milhões (US\$163,5milhões equivalente a 50% de participação da MPX Energia S.A.).

Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação cambial do instrumento derivativo de proteção designado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em conta de ajuste de avaliação patrimonial, sendo esta parcela do valor justo do derivativo considerada efetiva. A diferença entre o valor justo e a variação cambial é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- 19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação
 - 19.2.2. Risco de mercado--Continuação
 - 19.2.2.2. Risco cambial--Continuação
 - b) Operações protegidas por instrumentos derivativos--Continuação

Empréstimo denominado em dólar na UTE Porto do Pecém --Continuação

► Contabilidade de hedge (hedge accounting)--Continuação

Em 30 de outubro de 2009, houve a liquidação do empréstimo-ponte. Nesta mesma data ocorreu a liberação de U\$\$260 milhões referentes à primeira parcela do financiamento de longo prazo do BID, e calculou-se o Ajuste a Valor Presente (AVP) com base nos U\$\$67 milhões ainda não desembolsados pelo BID (antes desta liberação, o AVP foi calculado com base nos US\$169 milhões de exposição referentes à diferenca entre o derivativo contratado de US\$327 milhões e o empréstimo-ponte de US\$158 milhões). Em 31 de agosto de 2010 houve liberação de US\$50 milhões referente à segunda parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a calcular o AVP com base nos US\$17 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID. Em 4 de fevereiro de 2011 houve liberação de US\$9 milhões referente à terceira parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a se calcular o AVP com base nos US\$7 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.2. Risco de mercado--Continuação

19.2.2.2. Risco cambial--Continuação

b) Operações protegidas por instrumentos derivativos--Continuação

Empréstimo denominado em dólar na UTE Porto do Pecém --Continuação

► Contabilidade de hedge (hedge accounting)--Continuação

Têm-se também as seguintes características do objeto coberto por este instrumento financeiro, para fins de aplicação do *hedge accounting*:

- O projeto tem previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2013:
- O item coberto é associado com o referido investimento (tornado público pela empresa);
- O investimento tem um interesse público relevante para o Brasil; e
- Na data do início, um montante de US\$158 milhões já havia sido contratado e atualmente U\$\$319,7 milhões já foram contratados representando 98% do total do item coberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.2. Risco de mercado--Continuação

19.2.2.2. Risco cambial--Continuação

b) Operações protegidas por instrumentos derivativos--Continuação

Empréstimo denominado em dólar na UTE Porto do Pecém -- Continuação

► Contabilidade de hedge (hedge accounting)--Continuação

Os impactos dos ganhos e perdas desta transação de *hedge accounting* no período foram os seguintes:

	2012		
	Resultado	Patrimônio líquido	
Derivativos com propósito de proteção Ganho (perdas) com derivativos	(7.931)	5.234	

Em 1º de abril de 2011, a Companhia adotou metodologia de hedge accounting tendo como item objeto de hedge a taxa libor dos juros para o período de amortização referente financiamento em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é um termo float/fixed do fluxo de caixa da taxa de juros com vencimento entre outubro/2012 e outubro/2024, cujos valores nocionais referem-se à expectativa de desembolso acumulado dos juros de longo prazo com o BID.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.2. Risco de mercado--Continuação

19.2.2.2. Risco cambial--Continuação

b) Operações protegidas por instrumentos derivativos--Continuação

Empréstimo denominado em dólar na UTE Porto do Pecém --Continuação

► Contabilidade de hedge (hedge accounting)--Continuação

Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM (*marked-to-market*), líquido dos juros provisionados até a data-base, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial. A diferença entre o valor justo e a taxa libor é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

Os impactos dos ganhos e perdas nesta transação de *hedge* accounting no período foram os seguintes:

	20	112
	Resultado	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção Ganho com derivativos	20.471	(13.511)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.2. Risco de mercado--Continuação

19.2.2.2. Risco cambial--Continuação

c) <u>Cenários de quebra de correlação (análise de sensibilidade - testes de estresse)</u>

Análise de sensibilidade para a variação cambial (alta do dólar americano frente ao real) nos instrumentos derivativos relacionados com suas operações de origem. O cenário provável é o valor justo na data de referência. O resultado nos cenários mostra o valor de mercado do *book* (com a operação de origem e seus *hedge*s relacionados) caso o fator de risco assumisse o valor de cenário.

			Análise de S	ensibilidade
	Risco	Cenário provável (valor justo)	Cenáriol USD25%+	CenárioII USD50%+
Porto do Pecem Ger. Energia Contrato a termo USD/BRL Swap Libor x Prefixada Empréstimo em dólar	Desvalorização do dólar Valorização do dólar Valorização do dólar	(4.932) (83.817) (355.235)	73.995 (104.889) (444.056)	152.655 (125.842) (532.878)
Resultado da operação		(443.984)	(474.950)	(506.065)

^(*) A avaliação não representa o total exposto na moeda e nem a perda global relacionada à exposição

		_	Análises de S	Sensibilidade
	Risco	Cenário provável (valor justo)	Cenáriol USD25%+	CenárioII USD50%+
UTE Porto do Itaqui Ger. Energia <i>Swap</i> Libor x Prefixada	Valorização do dólar	(117.748)	(147.357)	(176.795)
Resultado da operação		(117.748)	(147.357)	(176.795)

^(*) A avaliação não representa o total exposto na moeda e nem a perda global relacionada à exposição

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.2. Risco de mercado--Continuação

19.2.2.3. Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

a) Gerenciamento de risco

O grupo MPX possui financiamentos atrelados ao dólar e indexados à taxa Libor em sua subsidiária no Chile e na unidade produtora de energia Porto do Pecem. Para essa estrutura de dívida, a Companhia contratou operação de *swap* para proteção contra flutuações da Libor, assumindo como passivo uma estrutura de juros prefixada.

A parte da dívida do Grupo MPX denominada em reais está associada a índices de correção que acompanham o mercado e com baixo risco de descolamento, como TJLP, IPCA e CDI. Portanto, em seu contexto atual, a Companhia não considera relevante o risco de juros associado aos seus passivos.

19.2.3. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.3. Risco de crédito--Continuação

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência utilizada é o Índice RiskBank¹ da consultoria Lopes Filho e Associados.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfolio. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras.

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	
Posições representativas do risco de crédito			
Caixa e equivalente de caixa	590.469	1.442.415	
Títulos e valores mobiliários	3.441	9.437	
Contas a receber de clientes	152.114	21.898	
Ganhos em operações com derivativos	3.018	19.289	
Subsidio a receber - CCC	42.178	29.445	
Depósito vinculado	141.954	124.315	
Consolidado das contas credoras	933.174	1.646.799	

O RISKbank® - Sistema de Classificação de Risco Bancário - é um produto que tem como objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance das instituições financeiras no Brasil, tornando-se uma ferramenta eficiente para identificar possíveis problemas nas áreas mais sensíveis dos bancos. O RISKbank® desenvolveu há mais de dez anos uma metodologia avançada de mensuração de risco bancário, que envolve tanto a tradicional análise quantitativa como a qualitativa (texto de natureza pública apresentado no site da ferramenta: http://www.riskbank.com.br)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.3. Risco de crédito--Continuação

Quadro de classificação de risco "Indice Riskbank"

		Índice risk bank			
Banco	Classificação de risco	31/12/2012	31/12/2011		
Bradesco	Baixo risco para longo prazo	11,23	11,61		
BTG Pactual	Baixo risco para médio prazo	11,27	11,42		
HSBC Bank Brasil	Baixo risco para longo prazo	10,49	10,33		
Itaú Unibanco	Baixo risco para longo prazo	11,25	11,92		
Safra	Baixo risco para longo prazo	11,60	11,59		
Votorantim	Baixo risco para longo prazo	8,90	10,43		

19.2.4. Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros, conforme quadro abaixo:

	Consolidado - 31/12/2012						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total por conta	
Passivos financeiros							
Fornecedores	228.638	-	-	-	-	228.638	
Partes relacionadas	22.464	-	215	-	-	22.679	
Empréstimos e financiamentos	620.734	1.961.628	778.686	1.779.931	4.087.283	9.228.262	
Debêntures	-	111	4.954	-	-	5.065	
Retenção contratual	-	133.935	-	-	-	133.935	
Instrumentos financeiros derivativos	31.269	29.788	66.367	133.751	64.417	325.592	
Total	903.105	2.125.462	850.222	1.913.682	4.151.700	9.944.171	

As captações de curto prazo realizadas na MPX Energia em 2012 de aproximadamente R\$800 milhões tiveram o objetivo de financiar parte dos investimentos realizados nos projetos neste mesmo ano. A companhia esta trabalhando para liquidação parcial e rolagem longo prazo em 2013 destes financiamentos de curto prazo e capitalizar a empresa para fazer frente as necessidades de investimento de potenciais novos projetos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

19.Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

19.2.4. Risco de liquidez--Continuação

	Consolidado - 31/12/2011					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	186.680	-	-	-	-	186.680
Partes relacionadas	-	3.697	340	-	-	4.037
Empréstimos e financiamentos	331.460	540.291	857.810	1.497.939	3.702.326	6.929.826
Debêntures	-	54.943	62.652	1.708.911	-	1.826.506
Retenção contratual	-	180.497	-	-	-	180.497
Instrumentos financeiros derivativos	(9.791)	96.424	35.505	74.842	46.451	243.431
Total	508.349	875.852	956.307	3.281.692	3.748.777	9.370.977

20. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas não são parte em ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituíram provisão para contingências.

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis e trabalhistas, no montante de R\$ 25.143 (R\$ 9.457 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer provisão. As principais causas cuja classificação é "possível de perda" são as seguintes:

- a) Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em Corumbá, Mato Grosso do Sul, em litisconsórcio com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, contra o IBAMA e a Termopantanal Ltda., questionando a validade da licença prévia concedida por aquele instituto à referida controlada da MPX Energia S.A.
- Ação proposta pelo Ministério Público Federal e pelo IBAMA visando à anulação dos atos praticados no licenciamento da UTE Porto de Itaqui Geração de Energia S.A. sob a alegação de que a competência para o licenciamento seria do IBAMA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

20. Provisão para contingências--Continuação

- c) Ação proposta pelo Ministério Público Federal na qual requer: (i) que a Semace e o IBAMA se abstenham de conceder licenças ambientais na área destinada à implantação do Distrito Industrial de Pecém até que seja realizado o licenciamento de todo o complexo; (ii) paralisação imediata das obras de instalação da UTE; (iii) o condicionamento de contratos pelo Estado do Ceará para novos empreendimentos ao prévio licenciamento ambiental do próprio complexo industrial.
- d) Tributação pelo IRPJ e CSLL dos pagamentos e recebimentos relativos à conta consumo de combustíveis fósseis ("CCC").
- e) Ação de Indenização com pedido de tutela antecipada contra a UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., em razão da suposta passagem da linha de transmissão desta no Sítio Livramento.
- f) Ação de Reintegração de Posse movida pela Companhia Operadora Portuária do Itaqui (COPI) alegando ser titular de parte da área utilizada pela UTE Porto do Itaqui.
- g) Cobrança de ICMS, cuja consequência foi a ausência de registro do montante de crédito acumulado.
- h) Auto de infração ambiental instaurado contra Amapari Energia S.A. Em 27 de fevereiro de 2012 foi apresentada a defesa, bem como todos os estudos e documentos requeridos pelo IMAP - Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial de Amapá.

21. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente, o capital social da Companhia está dividido em 578.241.732 (quinhentos e setenta e oito milhões duzentos e quarenta e um mil e setecentos e trinta e dois reais) e 136.720.840 (cento e trinta e seis milhões, setecentos e vinte mil e oitocentos e quarenta), ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

21. Patrimônio líquido--Continuação

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$3.731.734 (R\$2.042.014 em 31 de dezembro de 2011), composto por 578.241.732 ações ordinárias, assim distribuídas:

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Acionista				
Eike Fuhrken Batista	289.705.431	50,1	91.779.524	67,1
Centennial Asset Mining Fund LLC (*)	20.208.840	3,5	6.736.280	4,9
Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC (*)	1.822.065	0,3	463.300	0,3
E.ON	67.869.516	11,7	-	-
BNDESPAR	59.823.537	10,4	-	-
Outros	138.812.343	24,0	37.741.736	27,7
Tabel	F70 044 700	400	400 700 040	400.0
Total	578.241.732	100	136.720.840	100,0

^(*) Controladas por Eike Fuhrken Batista.

Abaixo, o resumo da evolução do Capital Social no ano de 2012:

Data	Quantidade de ações	Capital social (R\$ mil)	Descrição
31/12/2011	136.720.840	2.042.014	Saldo inicial
29/fev	9.633	415	Conversão debêntures
21/mar	5.096	219	Conversão debêntures
21/mar	7.040	26	Aumento de capital - plano companhia
09/mai	125.620	1.256	Aumento de capital - plano companhia
24/mai	33.254.705	1.429.952	Conversão debêntures
24/mai	-	(742.187)	Cisão CCX
24/mai	22.623.796	`610.873 [´]	Aprovação aumento de capital - E.ON
22/jun	514	22	Conversão debêntures
02/jul	-	389.084	Aprovação aumento de capital - E.ON
13/jul	-	16	Aprovação aumento de capital - E.ON
15/ago	385.494.488	-	Desdobramento ações ordinárias
30/set	-	28	Aprovação aumento de capital - E.ON
20/dez		16	_ Aumento de capital - plano companhia
	578.241.732	3.731.734	_ Saldo final

Em fevereiro de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 29/02/2012, mediante a emissão de 9.633 novas ações, em decorrência da conversão de 6.383 debêntures das 21.735.744 debêntures emitidas pela Companhia em 15 de junho de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

21. Patrimônio líquido--Continuação

Em março de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, ratificado pela Reunião do Conselho de Administração de 21/03/2012, mediante a emissão de 5.096 novas ações, em decorrência da conversão de 3.350 debêntures, e mediante a emissão de 7.040 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia.

Em maio de 2012 foi efetuado aumento de capital, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09/05/2012, mediante a emissão de 125.620 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia.

Além disso, no 2º trimestre de 2012, foi efetuado aumento de capital, ratificado pela Reunião do Conselho de Administração de 24/05/2012, mediante emissão de 33.254.705 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência da conversão de 21.652.966 debêntures.

Em 24 de maio de 2012 foi efetivada a cisão parcial da MPX Energia S.A., mediante versão da parcela de seu patrimônio líquido correspondente à participação da Companhia no capital social das empresas CCX Brasil Participações S.A. e CCX Carvão da Colômbia S.A.. Como resultado da cisão parcial o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 742.187.

Em junho de 2012 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 15/06/2012, ratificando a emissão de 514 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 334 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 170.122.934 para 170.123.448. O Conselho de Administração da MPX aprovou em 24 de maio de 2012 um aumento de capital da Companhia, no valor total de R\$ 1.000.000, mediante a emissão de 22.623.796 novas ações. Até o segundo trimestre de 2012 foram subscritas 13.820.858 novas ações ordinárias, totalizando um valor de R\$ 610.872, que impactou diretamente o Patrimônio Líquido da MPX. Entretanto, as ações só passaram a existir após a conclusão do aumento de capital com consequente homologação do mesmo, o qual foi concluído em julho de 2012 e homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de julho de 2012. Dessa forma em julho, o número de ações da Companhia aumentou de 170.123.448 para 192.747.244.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

21. Patrimônio líquido--Continuação

Nos termos da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15 de agosto de 2012, os acionistas reunidos aprovaram, por unanimidade, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do qual cada 1 (uma) ação ordinária existente passou a corresponder a 3 (três) ações da mesma classe. Fizeram jus ao recebimento das ações desdobradas os acionistas da MPX com base na composição acionária de 15 de agosto de 2012. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 192.747.244 para 578.241.732.

22. Lucro (prejuízo) por ação

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação conforme o quadro abaixo:

	31/12/2012		31/1	2/2011
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Numerador básico e diluído Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(435.202)	(435.202)	(408.553)	(408.553)
Denominador básico e diluído Média ponderada de ações	578.241.732	578.241.732	136.720.840	136.720.840
Prejuízo por ação (R\$) - básico e diluído	(0,7526)	(0,7526)	(2,9882)	(2,9882)

Em 31 de dezembro de 2012, 21.769 opções de ações não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo. Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 não há diferença entre o prejuízo por ação básico e diluído.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	
Opção de ações outorgadas - patrimônio líquido Outorgadas pela Companhia (Quadro 1 e Quadro 2) Outorgadas pelo Controlador (Quadro 3)	25.341 296.563	10.971 263.654	
Total	321.904	274.625	
	Controladora 31/12/2012	e consolidado 31/12/2011	
Despesas com opção de ações outorgadas Outorgadas pela Companhia (Quadro 1 e Quadro 2) Outorgadas pelo Controlador (Quadro 3)	14.370 32.909	3.535 47.239	
Total	47.279	50.774	

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia

No dia 26 de novembro de 2007 foi aprovado e registrado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária da MPX Energia S.A. o "Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia" presente na Ata na forma de Anexo. Na mesma data foram outorgadas opções de ações para executivos da Companhia.

O plano contemplava o direito de compra de 175.900 ações, após o desdobramento ocorrido em 17 de julho de 2009, concedidas a 5 participantes, em quantidades iguais, exigindo a permanência de 5 anos na Companhia para o completo exercício.

O Programa de Opções consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido ao funcionário beneficiário do programa, a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em um período, ou prazo de exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Conforme o regulamento do plano, o Conselho de Administração da Companhia deve determinar a quantidade de ações a ser concedida, os preços de exercício, prazos de maturação e vencimento dos direitos.

Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria. Os demais acionistas da empresa não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de dezembro de 2007, foi aprovado o grupamento das ações da Companhia, de forma que 22 ações da Companhia passaram a corresponder a 1 ação ordinária. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de julho de 2009, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia, sendo que cada ação ordinária existente naquela data passou a corresponder a 20 ações ordinárias. Em 15 de agosto de 2012, foi aprovado mais um desdobramento, no qual cada ação ordinária passou a corresponder a 3 ações ordinárias. Esses eventos ocasionaram um ajuste na quantidade e no preço de exercício das opções dos planos outorgados.

Foi registrada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2010 a prorrogação do Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia para 31 de dezembro de 2015.

Em 1º de dezembro de 2010 foram outorgadas, mais uma vez, opções para os executivos, dessa vez, o direito de exercício exigia a permanência de 7 anos na Companhia.

Foi aprovado também, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2011, o aumento do limite máximo do percentual de ações destinado ao Programa de Opções para 2% do total de ações de emissão da Companhia.

Em ata de AGE realizada em 26 de janeiro de 2012 foram feitas atualizações no contrato do Plano e novos beneficiários foram adicionados ao Plano, porém considerando data de outorga em 24 de novembro de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Em 24 de maio de 2012, foi aprovada a cisão parcial da MPX para a CCX Carvão da Colômbia S.A., que representava 20,69% dos ativos da MPX. Com a cisão, o valor da ação foi reduzido na mesma proporção. Para a manutenção do valor das opções outorgadas, foi concedido um desconto no preço de exercício das opções não exercidas até a data da cisão das duas empresas.

Em 31 de maio de 2012 foram outorgadas mais 75.000 opções. Posteriormente no 3º trimestre de 2012, foram feitas mais três outorgas, num total de 165.000 opções.

Portanto, foi feito um total de nove outorgas até 31 de dezembro de 2012, segregadas da seguinte forma (*):

Plano 1: 528.000 opções outorgadas em 26 de novembro de 2007;

Plano 2: 3.300.000 opções em 1º de dezembro de 2010;

Plano 2.1: 30.000 opções em 27 de abril de 2012 - segunda outorga do Plano 2;

Plano 2.2: 60.000 opções em 2 de junho de 2012 - terceira outorga do Plano 2;

Plano 3: 2.098.500 opções em 24 de novembro de 2011;

Plano 3.1: 225.000 opcões em 31 de maio de 2012 - segunda outorga do Plano 3;

Plano 3.2: 52.500 opções em 10 de julho de 2012 - terceira outorga do Plano 3;

Plano 3.3: 22.500 opções em 20 de julho de 2012 - quarta outorga do Plano 3;

Plano 3.4: 90.000 opções em 1º de agosto de 2012 - quinta outorga do Plano 3.

^(*) Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012 e cisão parcial da CCX.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 1

	Opções de ações outo	rgadas em	ações		
Data da outorga	Condições da outorga	Data matur	a da	Data do vencimento	Quantidade de opções outorgadas
26/11/2007	Permanecer na Companhia pelo prazo de 5 anos	26/11/ 26/11/ 26/11/ 26/11/ 26/11/	/2009 /2010 /2011	26/11/2009 26/11/2010 26/11/2011 26/11/2012 26/11/2013	105.600 105.600 105.600 105.600 105.600
		Total			528.000
			exe	2012 cço de ercício ção (a)	Quantidade de opções
Saldo em 27 de nov	vembro de 2007			0,76	528.000
Exercidas em 200	08			-	-
Saldo em 31 de dez	zembro de 2008	-		0,82	528.000
Exercidas em 200	09			-	(211.200)
Saldo em 31 de dez	zembro de 2009	-		0,85	316.800
Exercidas em 201	0			-	-
Saldo em 31 de dez	zembro de 2010	-		0,90	316.800
Exercidas em 2011					(105.600)
Saldo em 31 de dez	zembro de 2011	-		0,96	211.200
Exercidas em 201	2			-	-
Canceladas em 2	012	<u>-</u>		-	(126.720)
Saldo em 31 de dez	zembro de 2012	-		1,01	84.480

⁽a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 1--Continuação

	2012
Saldo de opções remanescentes	84.480
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012	84.480
Prazo médio remanescente (anos)	0,92
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)	10,04
Preço da ação em R\$ (c)	11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)	1,01
Volatilidade esperada ao ano (d)	37,76%
Taxa de juros livre de risco ao ano (média) (e)	0,90%
Efeitos no resultado do período	
Plano de opções de ações R\$ mil	53
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil	856

⁽b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. Bell Journal of Economics and Management Science, 4 (Spring 1973), 141-83.

⁽c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15.

⁽d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

⁽e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 2

Data da outorga Condições da outorga maturação vencimento outorga 01/12/2010 Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos 14/12/2011 14/12/2012 14/12/2013 330.0 14/12/2013 14/12/2014 14/12/2015 330.0 14/12/2015 330.0 14/12/2016 14/12/2016 14/12/2016 14/12/2016 660.0 14/12/2017 14/12/2018 660.0 14/12/2017 14/12/2018 660.0 Total 3.300.0 2012 Preço de exercício R\$/ação (a) Quantida de opçõe Saldo em 01 de dezembro de 2010 5,94 3.300.0 Exercidas em 2010 - - Saldo em 31 de dezembro de 2010 6,33 3.300.0 Exercidas em 2011 - - Saldo em 31 de dezembro de 2011 6,75 3.300.0 Exercidas em 2012 - (310.0			-		Quantidade
01/12/2010 Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos 14/12/2011 14/12/2012 330.0 330.0 14/12/2013 14/12/2013 330.0 14/12/2013 14/12/2015 330.0 14/12/2015 14/12/2016 660.0 14/12/2016 14/12/2017 660.0 14/12/2017 14/12/2017 660.0 14/12/2017 14/12/2018 660.0 Total 3.300.0			Data da		de opções
Prazo de 7 anos 14/12/2012 14/12/2013 330.0 14/12/2014 14/12/2014 330.0 14/12/2014 14/12/2015 330.0 14/12/2015 14/12/2016 660.0 14/12/2016 14/12/2017 660.0 14/12/2017 14/12/2018 660.0 14/12/2017 14/12/2018 660.0 Total 2012 Preço de exercício Quantida R\$/ação (a) de opçõe exercício Revercício Reve	Data da outorga	Condições da outorga	maturação	vencimento	outorgadas
Prazo de 7 anos 14/12/2012 14/12/2013 330.0 14/12/2014 14/12/2014 330.0 14/12/2015 330.0 14/12/2015 14/12/2016 660.0 14/12/2016 14/12/2017 660.0 14/12/2017 14/12/2018 660.0 Total 2012 Preço de exercício Quantida R\$/ação (a) de opçõe Saldo em 01 de dezembro de 2010 5,94 3.300.0 Exercidas em 2010 - Saldo em 31 de dezembro de 2011 6,75 3.300.0 Exercidas em 2011 - Saldo em 31 de dezembro de 2011 6,75 3.300.0 Exercidas em 2012 - (310. Canceladas em 2012 - (100.	04/42/2040	Permanagar na Campanhia nala	14/12/2011	14/12/2012	220 000
14/12/2013	01/12/2010				330.000
14/12/2014		prazo de 7 anos	,,		330.000
14/12/2015			,,		330.000
14/12/2016				,	660.000
Total 2012 Preço de exercício R\$/ação (a) Quantida R\$/ação (a) de opçõe Conceidas em 2010 Conceidas em 2010 Conceidas em 2011 Conceidas em 2011 Conceidas em 2011 Conceidas em 2012 Co			14/12/2016	14/12/2017	660.000
2012 Preço de exercício Quantida R\$/ação (a) de opçõe			14/12/2017	14/12/2018	660.000
Preço de exercício Quantida R\$/ação (a) de opçõe			Total		3.300.000
Preço de exercício Quantida R\$/ação (a) Guantida R\$/ação (a) G					
exercício R\$/ação (a) Quantida de opçõe Saldo em 01 de dezembro de 2010 5,94 3.300.0 Exercidas em 2010 - - Saldo em 31 de dezembro de 2010 6,33 3.300.0 Exercidas em 2011 - - Saldo em 31 de dezembro de 2011 6,75 3.300.0 Exercidas em 2012 - (310.0 Canceladas em 2012 - (100.0					
R\$/ação (a) R\$/ação (a) de opçõe Saldo em 01 de dezembro de 2010 5,94 3.300.0 Exercidas em 2010 - - Saldo em 31 de dezembro de 2010 6,33 3.300.0 Exercidas em 2011 - - Saldo em 31 de dezembro de 2011 6,75 3.300.0 Exercidas em 2012 - (310.0 Canceladas em 2012 - (100.0					
Saldo em 01 de dezembro de 2010 5,94 3.300.0 Exercidas em 2010 - Saldo em 31 de dezembro de 2010 6,33 3.300.0 Exercidas em 2011 - Saldo em 31 de dezembro de 2011 6,75 3.300.0 Exercidas em 2012 - (310.0 Canceladas em 2012 - (100.0					-,
Exercidas em 2010 - Saldo em 31 de dezembro de 2010 6,33 3.300. Exercidas em 2011 - Saldo em 31 de dezembro de 2011 6,75 3.300. Exercidas em 2012 - (310. Canceladas em 2012 - (100.			R\$	/açao (a)	ae opçoes
Saldo em 31 de dezembro de 2010 6,33 3.300.0 Exercidas em 2011 - Saldo em 31 de dezembro de 2011 6,75 3.300.0 Exercidas em 2012 - (310.0 Canceladas em 2012 - (100.0	Saldo em 01 de de	zembro de 2010		5,94	3.300.000
Saldo em 31 de dezembro de 2010 6,33 3.300.0 Exercidas em 2011 - Saldo em 31 de dezembro de 2011 6,75 3.300.0 Exercidas em 2012 - (310.0 Canceladas em 2012 - (100.0	Exercidas em 20	10		_	_
Exercidas em 2011 - Saldo em 31 de dezembro de 2011 6,75 3.300. Exercidas em 2012 - (310. Canceladas em 2012 - (100. Canceladas	Exercidae em 20				
Saldo em 31 de dezembro de 2011 6,75 3.300.0 Exercidas em 2012 - (310.0 Canceladas em 2012 - (100.0	Saldo em 31 de de	zembro de 2010		6,33	3.300.000
Exercidas em 2012 - (310. Canceladas em 2012 - (100.	Exercidas em 20	11		-	-
Canceladas em 2012 - (100.	Saldo em 31 de de	zembro de 2011		6,75	3.300.000
Canceladas em 2012 - (100.	Evereidee em 20	40			(240 F00)
		· -		-	(310.500) (100.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (f) 3,57 2.889.	Cariceladas em 2	2012		-	(100.500)

⁽a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012 e cisão parcial da CCX.

(f) Redução do preço de exercício para 40% do preço inicial corrigido pelo IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 2--Continuação

	2012
Quantidade total de opções remanescentes	2.889.000
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012 Prazo médio remanescente (anos)	321.000 4,01
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)	7,61
Preço da ação em R\$ (c) Preço de exercício das opções em R\$ (a)	11,15 3,57
Volatilidade esperada ao ano (d)	35,48% a 45,26%
Taxa de juros livre de risco ao ano (média)(e)	2,24%
Efeitos no resultado do período	
Plano de opções de ações R\$ mil	1.025
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil	21.912

⁽b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. Bell Journal of Economics and Management Science, 4 (Spring 1973), 141-83.

⁽c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15.

⁽d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3

⁽e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 2--Continuação

Saldo em 30 de abril de 2012

Saldo em 31 de dezembro de 2012 (f)

Exercidas em 2012

Plano 2.1 - Segunda outorga do Plano 2

Opções de ações outorgadas em ações Quantidade de Data da Data do opções Data da outorga Condições da outorga maturação vencimento outorgadas 27/04/2012 Permanecer na Companhia 27/04/2013 27/04/2014 3.000 3.000 27/04/2014 27/04/2015 pelo prazo de 7 anos 27/04/2015 27/04/2016 3.000 27/04/2017 3.000 27/04/2016 27/04/2017 27/04/2018 6.000 27/04/2018 27/04/2019 6.000 27/04/2019 27/04/2020 6.000 Total 30.000 2012 Preço de exercício Quantidade R\$/ação (a) de opções

4,13

4,29

30.000

(3.000)

27.000

(f) Aumento do desconto no preço de exercício de 20% para 60%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 2--Continuação

Plano 2.1 - Segunda outorga do Plano 2--Continuação

	2012
Quantidade total de opções remanescentes	27.000
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012	-
Prazo médio remanescente (anos)	3,98
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)	7,14
Preço da ação em R\$ (c)	11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)	4,29
Volatilidade esperada ao ano (d)	33,05% a 45,10%
Taxa de juros livre de risco ao ano (média) (e)	2,36%
Efeitos no resultado do período	
Plano de opções de ações R\$ mil	13
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil	185

⁽a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012 e cisão parcial da CCX.

⁽b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. Bell Journal of Economics and Management Science, 4 (Spring 1973), 141-83.

⁽c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15.

⁽d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

⁽e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 2--Continuação

Plano 2.2 - Terceira outorga do Plano 2

Opções de ações outorgadas em ações

Data da outorga	Condições da outorga	Data da maturação	Data do vencimento	Quantidade de opções outorgadas
02/06/2012	Permanecer na Companhia	02/06/2013	02/06/2014	6.000
	pelo prazo de 7 anos	02/06/2014	02/06/2015	6.000
		02/06/2015	02/06/2016	6.000
		02/06/2016	02/06/2017	6.000
		02/06/2017	02/06/2018	12.000
		02/06/2018	02/06/2019	12.000
		02/06/2019	02/06/2020	12.000
	-	Total		60.000

	2012	
	Preço de exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 2 de junho de 2012	2,97	60.000
Exercidas em 2012		-
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (f)	3,06	60.000

⁽f) Aumento do desconto no preço de exercício de 20% para 60%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 2--Continuação

Plano 2.2 - Terceira outorga do Plano 2--Continuação

	2012
Quantidade total de opções remanescentes	60.000
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012	-
Prazo médio remanescente (anos)	4,08
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)	8,03
Preço da ação em R\$ (c)	11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)	3,06
Volatilidade esperada ao ano (d)	33,73% a 45,59%
Taxa de juros livre de risco ao ano (média) (e)	2,37%
Efeitos no resultado do período	
Plano de opções de ações R\$ mil	35
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil	437

⁽a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012 e cisão parcial da CCX.

⁽b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. Bell Journal of Economics and Management Science, 4 (Spring 1973), 141-83.

⁽c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15.

⁽d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

⁽e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 3

	O			
Data da outorga	Opções de ações out	Data da maturação	Data do vencimento	Quantidade de opções outorgadas
24/11/2011	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	24/11/2012 24/11/2013 24/11/2014 24/11/2015 24/11/2016 24/11/2017 24/11/2018	24/11/2013 24/11/2014 24/11/2015 24/11/2016 24/11/2017 24/11/2018 24/11/2019	209.850 209.850 209.850 209.850 419.700 419.700 419.700
			2012	
		ex	reço de kercício /ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 31 de d	lezembro de 2011		5,17	2.098.500
Exercidas em 2	012			
Canceladas em	2012			(15.000)
Saldo em 31 de d	lezembro de 2012		5,46	2.083.500

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 3--Continuação

	2012
Quantidade total de opções remanescentes Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012 Prazo médio remanescente (anos) Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b) Preço da ação em R\$ (c) Preço de exercício das opções em R\$ (a) Volatilidade esperada ao ano (d) Taxa de juros livre de risco ao ano(média) (e)	2.083.500 208.350 4,56 6,39 11,15 5,46 35,60% a 45,21% 2,41%
Efeitos no resultado do período Plano de opções de ações R\$ mil	1.207
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil	11.855

- (a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA.
- (b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. Bell Journal of Economics and Management Science, 4 (Spring 1973), 141-83.
- (c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15.
- (d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.
- (e) Taxa de referência para ajustes de contratos de *SWAP* com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 3--Continuação

Plano 3.1 - Segunda outorga do Plano 3

Data da outorga	Condições da outorga	Data de maturação	Data do vencimento	Quantidade de opções outorgadas
31/05/2012	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	31/05/2013 31/05/2014 31/05/2015 31/05/2016 31/05/2017 31/05/2018 31/05/2019	31/05/2014 31/05/2015 31/05/2016 31/05/2017 31/05/2018 31/05/2019 31/05/2020	22.500 22.500 22.500 22.500 45.000 45.000 225.000
			2012	
		•	Preço de exercício \$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 31 de	maio de 2012		5,14	225.000
Exercidas em	2012			
Saldo em 31 de	dezembro de 2012		5,31	225.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 3--Continuação

Plano 3.1 - Segunda outorga do Plano 3--Continuação

	2012
Quantidade total de opções remanescentes	225.000
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012	-
Prazo médio remanescente (anos)	5,09
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)	6,58
Preço da ação em R\$ (c)	11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)	5,31
Volatilidade esperada ao ano (d)	35,13% a 45,42%
Taxa de juros livre de risco ao ano(média) (e)	2,54%
Efeitos no resultado do período	
Plano de opções de ações R\$ mil	124
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil	1.313

⁽a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012.

⁽b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. Bell Journal of Economics and Management Science, 4 (Spring 1973), 141-83.

⁽c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15.

⁽d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3

⁽e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 3--Continuação

Plano 3.2 - Terceira outorga do plano 3

Data da outorga	Condições da outorga	Data da maturação	Data do vencimento	Quantidade d opções outorgadas
10/07/2012	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	10/07/2013 10/07/2014 10/07/2015 10/07/2016 10/07/2017 10/07/2018 10/07/2019	10/07/2014 10/07/2015 10/07/2016 10/07/2017 10/07/2018 10/07/2019 10/07/2020	5.250 5.250 5.250 5.250 10.500 10.500
	٦	Γotal		52.500
)12
			Preço de exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 10 de j	julho de 2012		3,91	52.500
Exercidas em 20	12			-
Saldo em 31 de	dezembro de 2012		4,04	52.500

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 3--Continuação

Plano 3.2 - Terceira outorga do plano 3--Continuação

	2012
Quantidade total de opções remanescentes	52.500
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012	-
Prazo médio remanescente (anos)	5,20
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)	7,39
Preço da ação em R\$ (c)	11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)	4,04
Volatilidade esperada ao ano (d)	35,13% a 45,87%
Taxa de juros livre de risco ao ano (média) (e)	2,55%
Efeitos no resultado do período	
Plano de opções de ações R\$ mil	26
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil	373

⁽a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012.

⁽b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. Bell Journal of Economics and Management Science, 4 (Spring 1973), 141-83.

⁽c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15.

⁽d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

⁽e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 3--Continuação

Plano 3.3 - Quarta outorga do Plano 3

	Opções de aç	ões outorgadas e	m ações	
Data da outorga	Condições da outorga	Data da maturação	Data do vencimento	Quantidade de opções outorgadas
20/07/2012	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	20/07/2013 20/07/2014 20/07/2015 20/07/2016 20/07/2017 20/07/2018 20/07/2019	20/07/2014 20/07/2015 20/07/2016 20/07/2017 20/07/2018 20/07/2019 20/07/2020	2.250 2.250 2.250 2.250 4.500 4.500 4.500
	7	Γotal		22.500
				2012
			Preço de exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 20 de	julho de 2012		4,13	22.500
Exercidas em	2012			_
Saldo em 31 de	dezembro de 2012		4,27	22.500

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 3--Continuação

Plano 3.3 - Quarta outorga do Plano 3--Continuação

	2012
Quantidade total de opções remanescentes	22.500
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012	-
Prazo médio remanescente (anos)	5,23
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)	7,24
Preço da ação em R\$ (c)	11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)	4,27
Volatilidade esperada ao ano (d)	35,03% a 45,76%
Taxa de juros livre de risco ao ano (média) (e)	2,56%
Efeitos no resultado do período	
Plano de opções de ações R\$ mil	12
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil	155

⁽a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012.

⁽b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. Bell Journal of Economics and Management Science, 4 (Spring 1973), 141-83.

⁽c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15.

⁽d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

⁽e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 3--Continuação

Plano 3.4 - Quinta outorga do plano 3

Data da	Condições da	ões outorgadas e Data da	Data do	Quantidade de
outorga	outorga	maturação	vencimento	opções outorgadas
01/08/2012	Permanecer na Companhia	01/08/2013	01/08/2014	9.000
	pelo prazo de 7 anos	01/08/2014	01/08/2015	9.000
		01/08/2015	01/08/2016	9.000
		01/08/2016	01/08/2017	9.000
		01/08/2017	01/08/2018	18.000
		01/08/2018	01/08/2019	18.000
		01/08/2019	01/08/2020	18.000
	-	Total		90.000
			2	2012
			Preço de exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 1º de	agosto de 2012		4,23	90.000
Exercidas em	2012			-
Saldo em 31 de	dezembro de 2012		4,35	90.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Plano 3--Continuação

Plano 3.4 - Quinta outorga do plano 3--Continuação

	2012
Quantidade total de opções remanescentes Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012	90.000 - 5,26
Prazo médio remanescente (anos) Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b) Preço da ação em R\$ (c) Preço de exercício das opções em R\$ (a)	7,19 11,15 4.35
Volatilidade esperada ao ano (d) Taxa de juros livre de risco ao ano (média) (e)	34,92% a 45,66% 2,57%
Efeitos no resultado do período Plano de opções de ações R\$ mil	51
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil	612

⁽a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012.

⁽b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. Bell Journal of Economics and Management Science, 4 (Spring 1973), 141-83.

^(°) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15.

⁽d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

⁽e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

24. Receita operacional

A conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:

	Consolidado			
	31/12/2012	31/12/2011		
Receita bruta fiscal Menos	541.643	190.389		
Impostos sobre vendas	(50.703)	(22.110)		
Total da receita contábil	490.940	168.279		

25. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consc	lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depreciação e amortização Despesas com pessoal Serviços de terceiros Despesas com aluguéis Despesas com opções de ações outorgadas	(1.535) (26.094) (59.983) (8.061) (52.253)	(1.120) (41.818) (46.683) (7.803) (50.774)	(12.921) (87.191) (116.916) (16.392) (52.306)	(9.568) (102.759) (99.902) (20.289) (50.774)
Provisão perdas de investimento Provisão passivo a descoberto Outras despesas Insumos Benefício CCC Energia elétrica para revenda	(14.363) (6.417) - -	(31.744) (27.771) (7.539) - - -	(1.346) - (32.629) (74.034) 58.936 (543.457)	(37.062) - (23.367) (68.270) 71.366 (137.021)
	(168.706)	(215.252)	(878.256)	(477.646)
Classificados como Custo Despesas administrativas e gerais, Outras	-	-	(597.554)	(163.778)
receitas/despesas e opções de ações outorgadas	(168.706)	(215.252)	(280.702)	(313.868)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

26. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas financeiras				
Comissão sobre fianças bancárias	-	-	-	-
Despesas bancárias	(46.230)	(8.347)	(51.519)	(12.217)
Juros e multas	•	` -	· -	` -
Variação monetária	(4.156)	(26)	(89.793)	(101.363)
Perda nas operações com derivativos	(1.561)	(8.635)	29.018	(1.490.567)
Juros/custo debêntures	(130.864)	(60.105)	(130.864)	(53.875)
Valor justo debêntures	-	(62.003)	-	(62.003)
Outros	(22.127)	(32.194)	(49.662)	(69.249)
	(204.938)	(171.310)	(292.820)	(1.789.274)
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	65.324	94.932	85.136	97.351
Variação monetária	3.205	3	74.258	52.237
Ganhos (perdas) nas operações com				
derivativos	5.592	28.348	(66.739)	1.428.370
Valor justo debêntures	62.482		62.482	
Outros	6.239	3.913	10.142	8.929
	142.842	127.196	165.279	1.586.887
Resultado financeiro líquido	(62.096)	(44.114)	(127.541)	(202.387)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

27. Compromissos assumidos

Os principais compromissos assumidos junto a fornecedores de bens e serviços são os que se seguem:

Empresa	Fornecedor	Objeto do contrato	Assinatura	Vigência	Total contratado em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
ITAQUI	MABE	Construct LITE EDC	27/1/2008	Indeterminado	144,144	144,144	144,144
ITAQUI	Tecnometal	Construção UTE-EPC Fornec. de sist. de transpor. de correia	27/1/2008	maeterminado	144.144	144.144	144.144
1171001	roonometai	p/ carvão	24/7/2009	Indeterminado	121.315	29.227	3,437
ITAQUI	Guimar	Servs. de gerenc. de projetos	21/9/2009	29/11/2013	12.615	491	208
ITAQUI	Cargotec	Fornec.de Equipamento de					
ITAQUI	CEMEC	descarregador de navio (****) Instalação e montagem do sistema de	7/10/2009	31/12/2012	15.845	15.845	326
ITAOUII	O	captação de água (****)	11/5/2010	21/8/2012	55.115	29.461	32.224
ITAQUI ITAQUI	Carbomil Diversos	Fornecimento de cal virgem Servicos elétricos predial	7/5/2010 Diversos	7/5/2015 Diversos	30.000 14.604	29.257 2.853	6.000
ITAQUI	MCE Engenharia	Serviços eletricos predial Serviço de mecânica e elétrica/ instrumentação (****)	1/5/2012	12/11/2012	26.655	335	-
ITAQUI	Diversos	Construção do prédio administrativo	Diversos	Diversos	52.943	28.751	-
ITAQUI	Diversos	Serviços outros	Diversos	Diversos	49,222	16.777	1.650
Parnaíba	GE International	GE Turbina (****)	30/5/2011	30/10/2012	143.746	60.594	474.377
Parnaíba	DURO Felguera	Gerenciamento contrato GE (****)	30/5/2011	30/10/2012	-	-	10.082
Parnaíba	DURO Felguera	Diversos	30/5/2011	31/10/2013	643.099	118.017	631.957
Parnaíba	Diversos	Construção do prédio administrativo	1/6/2011	31/5/2013	15.280	892	130.055
Parnaíba	Diversos	Serviços diversos	Diversos	Diversos	12.621	8.043	4.060
Amapari	BT Latam Brasil Petrobras	Instalação de internet na planta	7/7/2009	4/5/2014 31/1/2013	861 13.452	208 5.702	181
Amapari Amapari	Petrobras	Confissão de dívida de faturas diesel Confissão de dívida de faturas diesel	28/8/2012 28/8/2012	Indeterminado	13.452	13.928	_
Amapari	Romaga	Manutenção	6/6/2012	4/5/2014	650	395	_
TAUÁ	MPX Comerc. de	Compra de energia			27.368	21.895	
TAUÁ	Energia CORTEZ	Construção	Diversos Diversos	Diversos Diversos	27.300	21.695	65
Porto do Pecem I		Engenharia do proprietário (*)	20/12/2007	20/2/2013	13.981	834	433
Porto do Pecem I	Mabe	Construção UTE-EPC (*)	27/1/2008	Indeterminado	1.315.512	81.257	73.881
Porto do Pecem I	Mabe/Semace	Compensação ambiental (*)	05/092008	Indeterminado	4.571	419	1.002
Porto do Pecem I	Diversos	Engenharia do proprietário (*)	Diversos	Diversos	11.895	1.274	2.058
Porto do Pecem I		Serviços	Diversos	Indeterminado	145.906	84.914	49.875
Porto do Pecem I		Correia Transportadora	15/4/2010	Indeterminado			3.270
Porto do Pecem I		Carvão	3/12/2010	Indeterminado	58.679	9.014	44.866
Porto do Pecem I Porto do Pecem I		Cal Água bruta	Diversos 28/10/2010	Diversos 30/4/2019	16.975 40.909	16.811 38.410	16.975 38.330
Porto do Pecem I		Óleo diesel	1/8/2011	1/2/2013	23.327	4.398	10.740
Porto do Pecem I		Resíduos sólidos	21/6/2011	21/5/2026	33,281	33.281	34.354
Porto do Pecem I		Efluentes	10/11/2011	10/10/2031	26.828	25.277	23.905
Porto do Pecem I		Energia para comercialização (****)	19/7/2012	11/10/2012	43.233	43.233	-
	INITEC Energia S.A.		15/8/2011	2/2/2014	613.975	326.571	-
UTE PARNAĴBA II		2 Turbo geradores	20/8/2012	19/12/2013	129.285	71.344	-
UTE PARNAÍBA II		Descarte de água	1/8/2012	31/5/2013	90.759	84.975	-
UTE PARNAİBA II AÇÚ	LLX Açú	Serviços diversos Arrendamento/aluguel	Diversos 13/1/2010	Diversos 13/1/2045	20.800 133.741	6.021 115.539	15.278
AÇÚ	Diversos	Serviços diversos	3/3/2010	Indeterminado	133.741	113.339	505
SÚL	Diversos	Serviços diversos	Diversos	Diversos	_	_	1.546
PECÉM II	Mabe	Construção UTE-EPC (****)	6/11/2008	6/6/2012	-	-	166.059
PECÉM II	Diversos	Linha de transmissão e turbinas	Diversos	Diversos	58.066	12.359	7.872
PECÉM II	Diversos	Serv. mão de obra	Diversos	Diversos	37.381	17.754	3.621
PECÉM II	SEMACE	Compensação ambiental (**)	5/9/2008	Indeterminado	4.850	1.859	2.348
PECÉM II	REX	Locação Operacional	1/1/2009	1/10/2042	45.283	41.072	45.937
PECÉM II PECÉM II	Diversos	Carvão (****)	25/5/2012 Diverses	31/12/2012 Diverses	42.161 25.249	34.070 14.403	1E 420
MPX	Diversos Diversos	Serviços Serv. administrativos diversos	Diversos Diversos	Diversos Diversos	25.249 22.275	14.403 13.110	15.430 23.275
MPX	Diversos	Serv. jurídicos	Diversos	indeterminado	5.739	1.205	23.213
Comercializadora		Venda de energia - Novelis (***)	8/9/2009	31/12/2013	275.594	142.378	136.470
Comercializadora		Compra de energia - CPFL (***)	1/9/2009	31/12/2013	397.055	182.854	282.048
Parnaiba IV Parnaiba Part	Wärtisilä Bertin	Contrato de EPC Opção de compra do projeto Nova	6/11/2012	Indeterminado	55.415	48.947	-
. a.naiba i ait	50	Venecia (****)	9/5/2012	12/11/2012	15.350	6.250	-
Ventos	CSRX	Compra de parque eólico	30/7/2012	indeterminado	11.100	8.100	
					5.112.636	1.994.748	2.438.844

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

27. Compromissos assumidos--Continuação

- (*) Os valores apresentados incluem compromissos assumidos pela controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., em montante equivalente ao percentual de participação da Companhia (50%).
- (**) Os valores de compensação ambiental estão sendo considerados na medida em que os custos das obras são incorridos.
- (***) Refere-se a uma operação de compra (CPFL) e venda (Novelis) de energia para um período de 2011 a 2013 através de quantidades de energia e preços fixados. Com isto, os referidos preços de compras e vendas não estão sujeitos a flutuações do mercado de energia.
- (****) Estes contratos estão em processo de renovação.

28. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as coberturas de seguros eram:

	Conso	lidado
	31/12/2012	31/12/2011
Danos materiais	7.289.587	4.819.746
Responsabilidade civil	567.253	549.968

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

29. Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, fornecidas ao principal gestor para a tomada de decisão.

A Administração da Companhia toma suas decisões com base em quatro segmentos de negócios, os quais estão sujeitos a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas, a saber: geração de energia, comercialização de energia, suprimentos e corporativos.

A atividade atual é gerenciada por um gestor principal, sendo este quem aloca e avalia o desempenho do segmento operacional. No caso da Companhia esse gestor é o Diretor Presidente.

Na medida em que seus empreendimentos progredirem, a Administração pretende reavaliar possíveis segmentações de negócios para prover o mercado com informações reais e qualitativas.

				31/12/2012			
	Geração de				Cisão/	Eliminações	Total do
	energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	transferências	e ajustes	consolidado
Balanço patrimonial - ativo	8.741.066	5.589	3.642.481	179.597	-	(3.117.099)	9.451.180
Circulante	765.327	1.066	234.244	102.132		(2.040)	1.100.727
Caixa e equivalentes de caixa	315.347	927	206.263	67.932		•	590.469
Contas a receber de clientes	129.299	-	-	22.815	-	-	152.114
Títulos e valores mobiliários	3.441	-	-	-	-	-	3.441
Estoque	210.862	-	-	856	-	-	211.718
Subsídios a receber - CCC	17.561	-	-	-	-	-	17.561
Ganhos em operações com							
derivativos	-	-	3.018	-	-	-	3.018
Depósitos vinculados	649	-	35	3.553	-	-	4.237
Outros ativos circulantes	88.168	139	24.928	6.976	-	(2.040)	118.170
Não circulante	7.975.739	4.523	3.408.237	77.465		(3.115.059)	8.350.453
Realizável a longo prazo							
Partes relacionadas	12.640	-	523.474	15.964	-	(538.958)	12.666
Subsídios a receber - CCC	24.617	-	-	-	-	-	24.617
Impostos diferidos	339.349	-	114.400	2.374	-	-	456.123
Depósitos vinculados	34.378	-	102.649	690	-	-	137.717
Outros ativos não circulantes	31.270	20	430.344	1.685	-	(419.426)	43.893
Investimentos		-	2.215.108	(1)	-	(2.152.151)	62.957
Imobilizado	7.305.216	457	19.343	37.799	-	-	7.362.815
Intangível	212.321	-	2.920	18.954	-	15.470	249.665
Diferido	15.948	4.046	-	-	-	(19.994)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

29. Informações por segmento--Continuação

				31/12/2012			
•	Geração de				Cisão/	Eliminações	Total do
	energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	transferências	e ajustes	consolidado
Balanço patrimonial - passivo	8.741.066	5.589	3.642.481	179.597	-	(3.117.553)	9.451.180
Circulante	1.425.975	235	947.342	61.763	-	(28.156)	2.407.159
Empréstimos e financiamentos	985.713	-	924.352	5.337		-	1.915.402
Fonecedores	180.997	33	3.849	43.759	-	-	228.638
Perdas em operações com derivativos	39.506	-	-	-	-	-	39.506
Partes relacionadas	35.133	24	6.523	6.900	-	(26.116)	22.464
Debêntures	-	-	111	-	-	-	111
Outros passivos circulantes	184.626	178	12.507	5.767	-	(2.040)	201,038
Não circulante	4.735.787	-	125.547	12.084	-	(533.972)	4.339.446
Exigível a longo prazo							
Empréstimos e financiamentos	4.042.098	-	102.175	7.674	-	-	4.151.947
Impostos diferidos	7.636	-	-	2.795	-	-	10.431
Partes relacionadas	512.434	-	-	1.077	-	(513.296)	215
Debêntures	-	-	4.954	-	-	-	4.954
Perdas em operações com							
derivativos	166.992	-	-	-	-	-	166.992
Outros passivos não circulantes	6.627	-	18.418	538	-	(20.676)	4.907
Acionistas não controladores	2.284		-	1.143	-	151.548	154.975
Patrimônio líquido	2.577.020	5.354	2.569.592	104.607	-	(2.706.973)	2.549.600

				31/12/2012			
·	Geração de energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Cisão/ transferências	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Demonstração do resultado							
Receita operação líquida	215.320	779	-	186.862	87,979	-	490.940
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(311.442)	(669)	-	(189.194)	(96.249)	-	(597.554)
Despesas operacionais	(74.498)	(865)	(154.317)	(22.222)	(28.382)	-	(280.284)
Outros resultados operacionais	(570)	-	(14.389)	73	106	14,362	(418)
Equivalência patrimonial	-	-	(230.120)	(1)	(2.327)	198,213	(34.235)
Resultado financeiro	(100.163)	(110)	(62.096)	6.309	28,519	-	(127.541)
Provisão dos tributos correntes e							
diferidos	89.755	-	25.720	237	(1,074)	-	114.638
Participação de não controladores	(961)	203	-	-	10	-	(748)
Lucro/prejuízo do período	(182.559)	(662)	(435.202)	(17.936)	(11.419)	212.575	(435.202)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

29. Informações por segmento--Continuação

	31/12/2011						
	Geração energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total consolidado
Balanço patrimonial - ativo	6.267.664	32.753	374.562	2.951.777	9.055	(1.682.131)	7.953.680
Circulante	585.602	31.819	23.372	1.070.310	1.835	(4.346)	1.708.592
Caixa e equivalentes de caixa	451.590	14.272	15.795	960.257	501	_	1.442.415
Contas a receber de clientes	10.657	10.827	414	-	-	_	21.898
Títulos e Valores Mobiliários	9.437		_	-	_	_	9.437
Estoque	84.765		_	-	1.173	_	85.938
Subsídios a receber - CCC	4.828		-	-	_	_	4.828
Ganhos em operações com derivativos	-			19.289	-	_	19.289
Depósitos vinculados	1.239	3.878	-	56.727	_	_	61.844
Outros ativos circulantes	23.086	2.842	7.163	34.037	161	(4.346)	62.943
Não circulante	5.638.165	934	351.191	1.712.565	7.219	(1.510.409)	6.199.666
	5.636.165	934	331.191	1.712.505	7.219	(1.510.409)	0.199.000
Realizável a longo prazo Partes relacionadas	12.104	_	_	24.173		(27.841)	8.436
Subsídios a receber -CCC	24.617	_		24.170	-	(27.041)	24.617
	249.999		370	88.680	-		339.049
Impostos diferidos	249.333		570	00.000	-		339.049
Ganhos em operações com derivativos	62.416	-	-	55	-	-	62.471
Depósitos vinculados		-	-		-	(470.504)	
Outros ativos não circulantes	26.105	919	33.009	206.848	-	(173.534)	93.348
Investimentos	8.016		1.276	1.538.331		(1.491.881)	55.742
Imobilizado	5.102.046	2	241.003	21.641	7.219	21.897	5.393.809
Intangível	196.759	13	75.533	1.739		(6.427)	267.616
Diferido	28.338	-	15.474	-	-	-	-
Balanço patrimonial - passivo	6.267.664	32.753	374.563	2.951.777	9.054	(1.682.132)	7.953.680
Circulante	1.095.455	13.615	371.589	157.785	175	(6.490)	1.632.130
Empréstimos e financiamentos	642.383	-	282.018	106.286	-	-	1.030.687
Fornecedores	134.790	11.699	38.899	1.298	37	(43)	186.680
Perdas em operações com derivativos	86.633	-	-	-	-		86.633
Partes relacionadas	5.427	420	362	3.934	-	(6.447)	3.697
Debêntures	-	-	-	30.463	-	-	30.463
Outros passivos circulantes	226.222	1.496	50.310	15.804	138	-	293.970
Não circulante	3.519.193		26	1.476.193	1.020	(44.957)	4.951.475
Exigível longo prazo							
Empréstimos e financiamentos	3.311.063	-	-	-	-	-	3.311.063
Impostos diferidos	13.239	-	-	-	-	-	13.239
Partes relacionadas	30.956	-	-	3	1.020	(31.639)	340
Debêntures	-	-	-	1.465.155	-	-	1.465.155
Perdas em operações com derivativos	156.798	-	-	-	-		156.798
Outros passivos não circulantes	7.137	-	26	11.035	-	(13.318)	4.880
Acionistas não controladores	2					107.427	107.429
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1.653.014	19.138	2.948	1.317.799	7.859	(1.738.112)	1.262.646

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

	31/12/2011						
	Geração energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total consolidado
Demonstração do resultado							
Receita operacional líquida	33.344	134.991	406	-	-	(462)	168.279
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(23.405)	(138.580)	(1.338)	-	(513)	56	(163.372)
Despesas operacionais	(80.204)	(697)	(39.338)	(156.305)	(1.390)	-	(277.934)
Outros resultados operacionais	362	-	(5.186)	(58.948)	-	27.837	(35.933)
Equivalência patrimonial	(1.051)	-	(75)	(218.459)	-	191.868	(27.717)
Resultado financeiro	(167.283)	7.839	1.627	(44.114)	(138)	1.046	(201.024)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	70.022	(1.185)	(5.221)	69.272			132.889
Participação de não controladores	<u> </u>						(3.740)
Lucro/Prejuízo do exercício	(168.213)	2.369	(49.125)	(408.553)	(2.041)	220.345	(408.553)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

29. Informações por segmento--Continuação

Informações geográficas

Os quatro segmentos acima descritos estão divididos geograficamente em três áreas distintas, conforme evidencia o resumo abaixo:

Sistema Norte-Nordeste

O Sistema Norte-Nordeste é composto pelas unidades de Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Porto do Pecém II Geração de Energia S.A., UTE Parnaíba Geração de Energia Ltda., MPX Tauá Energia Solar Ltda. e Amapari Energia S.A.

A planta Porto do Itaqui, usina termelétrica a carvão térmico, está localizada nas proximidades do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, e sua capacidade de geração de energia será de 360 MW com contrato de venda de energia firmado a partir de 2012.

Já as usinas termelétricas a carvão pulverizado Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e MPX Pecém II Geração de Energia S.A. estão localizadas na região do Porto do Pecém, no Estado do Ceará, possuindo capacidades instaladas de 720 MW e 360 MW, respectivamente.

Ainda na região do Ceará, encontra-se localizada a MPX Tauá, empresa de geração de energia solar, que possui licenciamento ambiental aprovado para capacidade de geração de energia de 5MW, com uma unidade de 1MW já instalada.

A Amapari, Produtor Independente de Energia (PIE) no sistema isolado, compreende uma usina termelétrica de geração de energia a partir do óleo diesel, localizada no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com capacidade instalada de 23 MW.

A MPX Parnaíba, complexo de geração térmica a gás natural, encontra-se localizada estrategicamente no bloco PN-T-68 da Bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão. O Empreendimento já conta com Licença da Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA) e sua potência total é prevista em 3.722 MW.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

29. Informações por segmento--Continuação

Informações geográficas--Continuação

▶ Sistema Sul-Sudeste

O Sistema Sul-Sudeste é composto pelas unidades de Porto do Açu Energia S.A., Nova Sistemas de Energia Ltda., MPX Sul Energia S.A. e Seival Sul Mineração Ltda.

A MPX Açu é o maior complexo de geração *greenfield* licenciado no Sudeste do Brasil, com 5,4 GW. A MPX possui licença de instalação, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA), para 2.100 MW, utilizando carvão mineral importado como combustível. Além disso, possui licença prévia para a construção de uma usina térmica a gás natural com capacidade de 3.330 MW. As duas plantas serão localizadas próximas à subestação de Campos dos Goytacazes e aos blocos exploratórios de gás natural da Bacia de Campos.

A mina de Seival Sul, localizada no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, possui reservas comprovadas de 152 milhões de toneladas de carvão mineral. Nesta mesma área, serão construídos os projetos termelétricos da MPX Sul e da UTE Seival, usinas que terão capacidade instalada de 727 MW e 600 MW, respectivamente, sendo que, a partir da integração com a mina de Seival Sul, serão o suprimento de combustível garantido por 30 anos.

Sistema Internacional

O Sistema Internacional é composto pela unidade da CGX Castilla Generacíon Ltda., que desenvolve um projeto integrado, sendo uma usina termelétrica, um porto e uma dessalinizadora, a partir de 6 módulos de 350 MW de carvão pulverizado importado. O empreendimento está situado na costa chilena, a aproximadamente 700 quilômetros ao norte de Santiago, e deverá ser conectado a um sistema que abastece 92% da população do país.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

30. Eventos subsequentes

Em 02 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, em 21 de dezembro de 2012, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA/MA) emitiu Licença de Operação para a Usina Termelétrica Parnaíba I.

Em 21 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, em 19 de janeiro de 2013, a primeira turbina da Usina Termelétrica Parnaíba I ("UTE Parnaíba I"), com capacidade instalada de 169 MW, realizou a primeira sincronização com o Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 20 de janeiro de 2013, a turbina atingiu sua capacidade nominal e está operando em teste desde então. A UTE Parnaíba I, parceria 70/30 entre a MPX e a Petra Energia S.A., é composta por quatro turbinas à gás de 169 MW cada, totalizando uma capacidade instalada de 676 MW.

Em 22 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, em reunião de diretoria realizada na mesma data, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") aprovou a alteração do cronograma de implantação das usinas termelétricas Porto de Pecém II ("UTE Pecém II") e Parnaíba I ("UTE Parnaíba I"), bem como da data de início de suprimento prevista nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). A Aneel aprovou a postergação do início de suprimento de energia da UTE Pecém II (365 MW) para 01 de junho de 2013 e da UTE Parnaíba I (676 MW) para 01 de abril de 2013 ou, em ambos os casos, a data de efetivo início da operação comercial das usinas, o que ocorrer primeiro.

Em 23 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, sua empresa-coligada, OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A. ("OGX Maranhão"), apresentou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Declaração de Comercialidade da acumulação de Bom Jesus, descoberta nos Blocos PN-T-67 e PN-T-68, na Bacia do Parnaíba. A declaração de comercialidade apresentada, relativa à acumulação de Bom Jesus, será denominada de Campo de Gavião Branco. O Plano de Desenvolvimento do campo será submetido em breve à ANP. A OGX Maranhão estima um volume total in situ entre 0,2 e 0,5 Tcf de gás para este campo.

Em 01 de fevereiro de 2013, a UTE Parnaíba I ("Parnaíba I"), no estado do Maranhão, recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial da primeira turbina, com capacidade instalada de 169 MW. Parnaíba I tem capacidade instalada total de 676 MW, composta por quatro turbinas a gás de 169 MW cada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

30. Eventos subsequentes--Continuação

Em 05 de fevereiro de 2013, a Usina Termelétrica Porto do Itaqui ("Itaqui" ou "Empreendimento") recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial, com capacidade instalada de 360 MW. Com a aprovação da Declaração de Operação Comercial, o Empreendimento passa a ser remunerado segundo os termos do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) assegurado no leilão de energia A-5 de 2007.

Em 8 de fevereiro a MPX anuncia que, a segunda turbina da Usina Termelétrica Parnaíba I, com capacidade instalada de 169 MW, realizou a primeira sincronização com o Sistema Interligado Nacional (SIN). No mesmo dia, a turbina atingiu sua capacidade nominal e está operando em teste desde então.

A primeira turbina da UTE Parnaíba I está gerando à capacidade plena desde 20 de janeiro de 2013, tendo sido autorizada a iniciar geração comercial em 1º de fevereiro de 2013. Com a sincronização da segunda turbina, a usina atingiu a potência nominal de 338 MW, com consumo de gás natural equivalente a 2,1 milhões de metros cúbicos por dia.

O gás natural utilizado pela UTE Parnaíba é suprido pela empresa coligada, OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., uma sociedade formada entre MPX (33,3%) e OGX Petróleo e Gás Participações S.A. (66,6%).

A UTE Parnaíba I, parceria 70/30 entre a MPX e a Petra Energia S.A., é composta por quatro turbinas à gás de 169 MW cada, totalizando uma capacidade instalada de 676 MW.

Em 28 de março de 2013 o acionista controlador da MPX Energia S.A., o Sr. Eike Fuhrken Batista, celebrou junto a E.ON AG um acordo de investimento por meio do qual serão realizados os seguintes eventos:

- (a) E.ON adquirirá ações de emissão da Companhia detidas por Eike Batista representativas de aproximadamente 24,5% do capital social da MPX.
- (b) na data de aquisição das ações da MPX, E.ON e Eike Batista celebrarão um acordo de acionistas, que regulará o exercício dos direitos de voto e restrições às transferências de ações detidas por eles.
- (c) após a aquisição acima mencionada, terá início a captação de recursos, por meio de oferta pública primária a ser registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

("CVM"), no valor de, pelo menos, R\$ 1,2 bilhão, com garantia firme da totalidade do valor a R\$10,00 por ação, a qual, se espera, será efetivada no segundo trimestre de 2013: e

(d) uma vez concluída a oferta pública será submetida à aprovação dos acionistas a incorporação pela Companhia, pelo valor patrimonial, da MPX E.ON Participações S.A., joint venture entre a Companhia e a E.ON ("JV").

Em abril de 2013, a Usina Termelétrica Parnaíba I, no estado do Maranhão, recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial da terceira e quarta turbina, com capacidade instalada de 169 MW cada uma. Parnaíba I atingiu, assim, sua capacidade instalada total, de 676 MW e já iniciou suas operações comerciais.

No mesmo mês, foi concluída a aquisição da totalidade do capital social da UTE MC2 Nova Venécia. O projeto, que detém autorização para a construção de uma usina termelétrica com capacidade de 176 MW, será transferido para a Bacia do Parnaíba no Maranhão.

Também em abril de 2013, a MPX anunciou que, em conjunto com MPX-E.ON Participações S.A. e Petra Energia S.A., firmou contrato com a Kinross Brasil Mineração S.A. para implantação de projeto termelétrico a gás natural, com capacidade instalada de 56 MW, a ser construído na Bacia do Parnaíba, Estado do Maranhão, cujo início das operações comerciais está programado para ocorrer em dezembro de 2013. O valor anual do contrato é de aproximadamente R\$ 54 milhões.

* * *

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Conselho de Administração

Eike Fuhrken Batista (Presidente)
Eliezer Batista da Silva (Vice-Presidente)
Aziz Ben Ammar
Christopher David Meyn
Flavio Godinho
Luiz Eduardo Guimarães Carneiro
Luiz do Amaral de França Pereira
Paulo Monteiro Barbosa Filho
Ricardo Luiz de Souza Ramos
Rodolpho Tourinho Neto
Samir Zraick
Stein Dale

Diretoria

Eduardo Karrer (Presidente e Diretor de Relações com Investidores)
Rudolph Ihns
Xisto Vieira Filho
Marcus Bernd Temke
Bruno de Rossi Chevalier

Contadora

Ana Paula Vergetti Diniz CRC nº 087040/O-9